



KARINA SIMÕES CAMPELO

**CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: uma
análise do grau de entendimento dos gestores financeiros de empresas do
setor elétrico brasileiro**

Recife - PE
2007

KARINA SIMÕES CAMPELO

**CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: uma
análise do grau de entendimento dos gestores financeiros de empresas do
setor elétrico brasileiro**

Dissertação apresentada ao Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Jeronymo José Libonati.

**Recife - PE
2007**

FICHA CATALOGRÁFICA

Campelo, Karina Simões

Características qualitativas da informação contábil : uma análise do grau de entendimento dos gestores financeiros de empresas do setor elétrico brasileiro / Karina Simões Campelo. – Recife : O Autor, 2007.

122 folhas : fig. , tab. e quadro.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Ciências Contábeis, 2007.

Inclui bibliografia, apêndice.

1. Contabilidade gerencial. 2. Empresas - Finanças. 3. Indústria elétrica - Brasil. I. Título.

657
657

CDU (1997)
CDD (22.ed.)

UFPE
CSA2007-070

KARINA SIMÕES CAMPELO

CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: uma análise do grau de entendimento dos gestores financeiros de empresas do setor elétrico brasileiro

Dissertação apresentada ao Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em 01/06/2007

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Jeronymo José Libonati (UnB, UFPB, UFPE, UFRN), Orientador.

Prof. Dr. Raimundo Nonato Rodrigues (UnB, UFPB, UFPE e UFRN), Examinador Interno.

Prof. Dr. Marcos Antonio de Souza (UNISINOS), Examinador Externo.

Dedico este trabalho a minha mãe, Maria Nazaré, com toda a minha gratidão e amor eternos.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível por poder contar com o inestimável apoio de várias pessoas. As linhas que seguem expressam a minha gratidão à torcida, à contribuição acadêmica e ao carinho que me foram destinados ao longo dessa caminhada.

A Deus, minha fonte de força e luz, pela realização de mais este sonho.

Ao meu orientador Prof. Dr. Jeronymo José Libonati, pela dedicação e competência destinadas à execução deste trabalho.

Aos professores do mestrado, pelo conhecimento proporcionado: Dr. Aldemar Araújo dos Santos, Dr. José Francisco Ribeiro Filho, Dr. Jorge Expedito Lopes Gusmão, Dr. Marco Tullio de Castro Vasconcelos, Dr. Otávio Medeiros e Dr. Raimundo Nonato Rodrigues.

Ao amigo Edílson Coelho da Silveira, pela preciosa ajuda na realização desta pesquisa.

Ao querido Dinamérico Liberal, pelo apoio e presteza durante o mestrado.

As pessoas que, ainda que indiretamente, foram grandes incentivadores para o meu ingresso na vida acadêmica: Verônica Souto Maior, Custódio Pereira da Silva Neto e Sandro Valença da Silva.

As amigas Dulcimar Alves e Livia Valença pela presteza na leitura e correção deste trabalho.

Aos amigos do mestrado, Caio, Elyrouse, Fábio, Felipe, Gilmar, Juliene, Josiel, Márcio, Mário e Campelo, cuja união foi fundamental na transposição das dificuldades ao longo desses dois anos. E um agradecimento especialíssimo ao

amigo Alexandre César, meu irmão de coração, pela amizade incondicional e ajuda prestada durante a realização deste trabalho e, tenho certeza, de tantos outros.

Aos amigos e amigas que entenderam a minha ausência e sempre torceram e acreditaram no meu êxito, especialmente Ângelo Vagni, Lídia Ribeiro, Michelly Neves, Sandra Paiva e Vinícius Almeida.

A minha sobrinha Rebeca Patrícia, obrigada pelo carinho e pelas palavras de incentivo nas horas difíceis.

Aos meus irmãos Allysson Simões e Andesson Simões, que são duas bênçãos em minha vida, obrigada pelo carinho e pela paciência de suportar os meus maus momentos.

A minha mãe, Maria Nazaré Simões, que é a pessoa que mais amo nessa vida, por quem tenho um respeito e uma admiração incomensuráveis, que sempre me apoiou e torceu por mim, a quem devo tudo o que sou e o que tenho; uma mulher exemplar, uma amiga fiel e uma mãe magnífica.

A todas as pessoas que participaram direta ou indiretamente da realização desse sonho e que não foram mencionadas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Processo de Comunicação	37
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características Qualitativas Abordadas na Pesquisa	23
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tipos de Empresas.....	61
Tabela 2 – Faturamento Anual	62
Tabela 3 – Região	63
Tabela 4 – Gênero	64
Tabela 5 – Idade	64
Tabela 6 – Função que Exerce na Empresa	65
Tabela 7 – Tempo de Experiência na Função de Gestor Financeiro	65
Tabela 8 – Nível de Escolaridade	66
Tabela 9 – Formação Acadêmica	67
Tabela 10 – Compreensibilidade das Informações Contábeis	68
Tabela 11 – Fatores que Dificultam a Compreensão das Informações Contábeis ...	69
Tabela 12 – Tempestividade das Informações Contábeis	70
Tabela 13 – Fatores que Comprometem a Tempestividade/Oportunidade das Informações Contábeis	70
Tabela 14 – Valor Preditivo das Informações Contábeis	71
Tabela 15 – Fatores que Comprometem o Valor Preditivo das Informações Contábeis	72
Tabela 16 – Valor como <i>Feedback</i> das Informações Contábeis	72
Tabela 17 – Fatores que Comprometem o Valor como Feedback das Informações Contábeis	73
Tabela 18 – Representação Fiel das Transações e Eventos pelas Informações Contábeis	74
Tabela 19 – Fatores que Dificultam a Representação Fiel das Transações e Eventos pelas Informações Contábeis	75
Tabela 20 – Prevalência da Essência sobre a Forma nas Informações Contábeis ..	76
Tabela 21 – Fatores que Dificultam a Prevalência da Essência sobre a Forma nas Informações Contábeis	76
Tabela 22 – Neutralidade das Informações Contábeis	77
Tabela 23 – Fatores que Comprometem a Neutralidade das Informações Contábeis	78
Tabela 24 – Prudência na Elaboração das Informações Contábeis	79
Tabela 25 – Fatores que Dificultam o Uso da Prudência na Elaboração da Informações Contábeis	79
Tabela 26 – Verificabilidade das Informações Contábeis	80

Tabela 27 – Fatores que Dificultam a Verificabilidade das Informações Contábeis	80
Tabela 28 – Comparabilidade das Informações Contábeis	81
Tabela 29 – Fatores que Dificultam a Comparabilidade das Informações Contábeis	82
Tabela 30 – Grau de Importância Atribuído à Compreensibilidade das Informações Contábeis	83
Tabela 31 – Grau de Importância Atribuído à Relevância das Informações Contábeis	83
Tabela 32 – Grau de Importância Atribuído à Confiabilidade das Informações Contábeis	84
Tabela 33 – Grau de Importância Atribuído à Comparabilidade das Informações Contábeis	84
Tabela 34 – Resumo do Grau de Importância das Características Qualitativas	85
Tabela 35 – Grau de Entendimento quanto às Características Qualitativas x Tempo de Experiência como Gestor Financeiro	87
Tabela 36 – Grau de Entendimento quanto às Características Qualitativas x Área de Formação Acadêmica	88
Tabela 37 – Compreensibilidade x Dados da Empresa	89
Tabela 38 – Compreensibilidade x Demais Dados dos Gestores	90
Tabela 39 – Tempestividade x Dados da Empresa	91
Tabela 40 – Tempestividade x Demais Dados dos Gestores	91
Tabela 41 – Valor Preditivo x Dados da Empresa	92
Tabela 42 – Valor Preditivo x Demais Dados dos Gestores	92
Tabela 43 – Valor como <i>Feedback</i> x Dados da Empresa	93
Tabela 44 – Valor como Feedback x Demais Dados dos Gestores	93
Tabela 45 – Representação Fiel x Dados da Empresa	94
Tabela 46 – Representação Fiel x Demais Dados dos Gestores	94
Tabela 47 – Essência Sobre a Forma x Dados da Empresa	95
Tabela 48 – Essência Sobre a Forma x Demais Dados dos Gestores	95
Tabela 49 – Neutralidade x Dados da Empresa	96
Tabela 50 – Neutralidade x Demais Dados dos Gestores	96
Tabela 51 – Prudência x Dados da Empresa	97
Tabela 52 – Prudência x Demais Dados dos Gestores	97
Tabela 53 – Verificabilidade x Dados da Empresa	98
Tabela 54 – Verificabilidade x Demais Dados dos Gestores.....	98
Tabela 55 – Comparabilidade x Dados da Empresa	99
Tabela 56 – Comparabilidade x Demais Dados dos Gestores	99

LISTA DE SIGLAS

ABRACONEE	Associação Brasileira dos Contadores do Serviço Público de Energia Elétrica
ADR	<i>American Depositary Receipts</i>
AICPA	<i>American Institute of Certified Public Accountants</i>
AMFORP	<i>American Foreign Power Company</i>
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAEEB	Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGCE	Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
DNAEE	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
ELETOBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
ELETROSUL	Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A.
ENCONSEL	Encontro Nacional de Contadores do Setor Elétrico
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
FURNAS	FURNAS Centrais Elétricas de Furnas S.A.
IASB	<i>International Accounting Standard Board</i>
IASC	<i>International Accounting Standards Committee</i>
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
MAE	Mercado Atacadista de Energia
MCSPEE	Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica
MME	Ministério de Minas e Energia
ONS	Operador Nacional do Sistema
ONU	Organização das Nações Unidas
PEPE	Programa de Estímulo às Privatizações Estaduais
PIE	Produtor Independente de Energia Elétrica
RESEB	Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro
SFAC	<i>Statement of Financial Accounting Concepts</i>
SPSS	<i>Statistical Package for Social Science</i>

RESUMO

O objetivo da contabilidade é prover o usuário com informações capazes de embasar e tornar mais segura a sua tomada de decisão, sendo para tanto necessário que tal informação esteja revestida de características que lhe atribuam qualidade, que, caso não sejam observadas, podem anular o esforço de produzi-la. A presente pesquisa objetivou analisar se o grau de entendimento dos gestores financeiros de empresas do setor elétrico brasileiro quanto às características qualitativas das informações contábeis está relacionado com o seu tempo de experiência na função e/ou com sua área de formação acadêmica. O método utilizado foi o indutivo, quanto aos objetivos a pesquisa foi descritiva, realizada através da pesquisa bibliográfica e de levantamento, e qualitativa quanto à abordagem do problema. A amostra composta por 28 gestores financeiros foi definida de forma não probabilística e por acessibilidade. Através da análise dos dados, observou-se que as informações contábeis utilizadas pela grande maioria dos gestores estavam revestidas das características qualitativas da compreensibilidade, relevância (tempestividade, valor preditivo e valor como *feedback*), confiabilidade (representação fiel, essência sobre a forma, neutralidade, prudência e verificabilidade) e comparabilidade. Concluiu-se que, de forma geral, o grau de entendimento quanto às características qualitativas da informação contábil não está relacionado com as variáveis das hipóteses de pesquisa (tempo de experiência e área de formação acadêmica), tampouco com as demais variáveis, com exceção das associações encontradas entre as características da tempestividade e do valor como *feedback* e a variável tempo de experiência, entre o grau de entendimento quanto ao valor preditivo e o tipo de empresa, entre a representação fiel e as variáveis gênero e região e entre a característica da neutralidade e a função e o nível de escolaridade do gestor.

Palavras-chave: Informação contábil. Características qualitativas. Setor elétrico. Gestor financeiro.

ABSTRACT

The accounting's objective is to provide the user with information capable to base and to make the decision taking more security, to do this is necessary that such information's features have quality. If it is not observed, the effort to product this information can be null. The present research objectified to analyze if the managers of companies of the Brazilian electric sector agreement of the financial information is related with its time of experience in the function and/or with its area of academic formation. The used method was the inductive, with descriptive objective that was carried through the bibliographical research and applied questioners about the problem. The composed sample with 28 financial managers was defined through a not probabilistic form and by accessibility. Through the analysis of the data, it was observed that the countable information used by the great majority of the managers was coated with the qualitative characteristics of the understandability, relevance (timeless, predictive value and feedback value), reliability (representational faithfulness, substance over form, neutrality, prudence and verifiability) and comparability. It was concluded that, in general, the agreement over how much to the qualitative characteristics of the accounting information is not related with the variable of the research hypotheses (time of experience and area of academic formation), neither with excessively changeable, exception of the associations found between the characteristics of the timeless and the feedback value and the variable of time of experience, between the degree of agreement how much to the predictive value and the type of company, between the predictive value and the company type, between the representational faithfulness and the sex variable and the region, and between the neutrality's characteristic and the function and the manager 's education level.

Key-words: Accounting Information. Qualitative Characteristics. Electric Sector. Manager Financial.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	16
1.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	18
1.3 HIPÓTESES DE PESQUISA.....	19
1.4 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	20
1.4.1 Objetivo Geral.....	20
1.4.2 Objetivos Específicos.....	21
1.5 JUSTIFICATIVA.....	21
1.6 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	22
1.7 METODOLOGIA.....	24
1.7.1 População e Amostra da Pesquisa.....	25
1.7.2 Instrumento de Coleta de Dados.....	25
1.7.3 Tratamento Estatístico.....	27
2 A INFORMAÇÃO CONTÁBIL.....	29
2.1 OBJETIVOS DA CONTABILIDADE.....	29
2.2 USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL.....	31
2.2.1 O Gestor Financeiro Como Usuário das Informações Contábeis.....	33
2.3 O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL.....	35
2.3.1 Emissor.....	38
2.3.2 Mensagem.....	38
2.3.3 Canal.....	39
2.3.4 Receptor.....	39
2.3.5 <i>Feedback</i>	40
2.3.6 Ruídos.....	41
2.4 AS CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL.....	42
2.4.1 Compreensibilidade.....	43
2.4.2 Relevância.....	44
2.4.2.1 <i>Tempestividade/Oportunidade</i>	44
2.4.2.2 <i>Materialidade</i>	45
2.4.2.3 <i>Valor Preditivo</i>	46
2.4.2.4 <i>Valor como Feedback</i>	46
2.4.3 Confiabilidade.....	47
2.4.3.1 <i>Representação Fiel</i>	47
2.4.3.2 <i>Essência sobre a Forma</i>	48
2.4.3.3 <i>Neutralidade</i>	48
2.4.3.4 <i>Prudência</i>	48
2.4.3.5 <i>Verificabilidade</i>	49
2.4.3.6 <i>Completeza</i>	49
2.4.3.7 <i>Pertinência</i>	50
2.4.4 Comparabilidade.....	50
2.4.4.1 <i>Uniformidade</i>	50
2.4.4.2 <i>Consistência</i>	51

3 O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO.....	52
3.1 HISTÓRICO	52
3.2 O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO.....	56
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	60
4.1 DADOS DAS EMPRESAS	60
4.1.1 Tipo	60
4.1.2 Faturamento Anual.....	61
4.1.3 Região.....	62
4.2 DADOS DOS GESTORES FINANCEIROS.....	63
4.2.1 Gênero	63
4.2.2 Idade	64
4.2.3 Função	65
4.2.4 Tempo de Experiência Como Gestor Financeiro.....	65
4.2.5 Nível de Escolaridade.....	66
4.2.6 Formação Acadêmica.....	66
4.3 ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL	67
4.3.1 Compreensibilidade.....	68
4.3.2 Relevância.....	69
4.3.2.1 <i>Tempestividade/Oportunidade</i>	69
4.3.2.2 <i>Valor Preditivo</i>	71
4.3.2.3 <i>Valor como Feedback</i>	72
4.3.3 Confiabilidade.....	73
4.3.3.1 <i>Representação Fiel</i>	74
4.3.3.2 <i>Essência Sobre a Forma</i>	75
4.3.3.3 <i>Neutralidade</i>	77
4.3.3.4 <i>Prudência</i>	78
4.3.3.5 <i>Verificabilidade</i>	80
4.3.4 Comparabilidade	81
4.3.5 Grau de Importância das Características Qualitativas das Informações Contábeis	82
4.3.5.1 <i>Compreensibilidade</i>	82
4.3.5.2 <i>Relevância</i>	83
4.3.5.3 <i>Confiabilidade</i>	83
4.3.5.4 <i>Comparabilidade</i>	84
4.3.5.5 <i>Resumo do Grau da Importância das Características Qualitativas</i>	85
4.4 APLICAÇÃO DOS TESTES ESTATÍSTICOS NAS CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL.....	86
4.4.1 Análise das Hipóteses de Pesquisa	86
4.4.2 Grau de Entendimento Quanto às Características Qualitativas das Informações Contábeis x Demais Variáveis.....	89
4.4.2.1 <i>Compreensibilidade</i>	89
4.4.2.2 <i>Relevância</i>	90
4.4.2.3 <i>Confiabilidade</i>	93
4.4.2.4 <i>Comparabilidade</i>	98

5 CONCLUSÃO.....	100
REFERÊNCIAS.....	105
APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	114
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA.....	116

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As mudanças ocorridas no cenário econômico mundial, nas últimas décadas, constituem um grande desafio para as organizações, à medida que afetam diretamente o desempenho da gestão empresarial, influenciada pelo redimensionamento do mercado e, conseqüentemente, pelo aumento da competitividade.

A esse respeito, Oliveira, Müller e Nakamura (2000) enfatizam que o processo de globalização dinamizou de forma significativa a economia brasileira, de modo que as empresas nacionais vêm sendo forçadas a se adaptar e reavaliar suas estratégias competitivas e também os seus modelos de gestão. Essa realidade cercada de incertezas e desafios atingiu os mais diversos segmentos econômicos, inclusive a indústria nacional que, segundo Santos (1999), havia se acostumado a um padrão de não-concorrência e agora conhece um novo patamar de competição, que ocasionou a extinção de algumas empresas e expressivos ajustes estruturais em outras.

Dentre as indústrias mais afetadas por esse cenário destacam-se as de energia elétrica, cujo processo de reestruturação está associado não só às alterações estruturais da economia mundial como também a fatores e características intrínsecas, problemas estruturais e críticos, conjuntura ambiental e tendências existentes no setor (MATSUDO, 2000).

Um desses fatores é relatado por Theotônio (1999), quando afirma que a economia mundial enfrentou intensas mudanças, nas últimas décadas, com relação ao papel desempenhado pelo Estado, entre elas, a redução da participação do Setor Público como empresário que levou a crescente participação da iniciativa privada e a inserção da competitividade em setores originalmente estatais, bem como a regulamentação dos serviços públicos. Nesse contexto, o autor cita o exemplo dos Estados Unidos, Argentina e Chile que reestruturaram vários setores, inclusive o de energia elétrica, com a ajuda de capital privado. No Brasil, a situação não foi diferente e a incapacidade das empresas estatais de investirem no setor elétrico

culminou no processo de privatização (PIRES, 2000), onde o Estado transferiu a responsabilidade do setor para a iniciativa privada, assumindo então a função de regulador.

Ao citar algumas razões cruciais indicadas pelo próprio governo federal, como desafios ao desenvolvimento do setor elétrico brasileiro diante dessa nova realidade, o Ministério de Minas e Energia (MME apud CHAVES, 1999, p. 20) relatou que:

[...] o Brasil tem que ajustar rapidamente a sua economia ao novo contexto mundial. O setor elétrico, como um vetor de múltiplas relações com todos os demais setores da economia, deve ser um paradigma de eficiência. Vale ressaltar que eventuais ineficiências na indústria de eletricidade afetam todo o tecido econômico; daí a importância das reformas setoriais serem as melhores possíveis, implantadas rapidamente, mas com uma perspectiva de longo prazo e voltadas para a promoção da eficiência econômica energética.

Esse novo cenário, caracterizado, principalmente, pela inserção da competitividade, requer uma postura inovadora das empresas do setor elétrico nacional, no que tange às práticas de gestão por elas adotadas em todas as áreas. Neste contexto, está a área financeira, que envolve decisões sobre aplicação e captação de recursos que são vitais para a continuidade das empresas, e que devem ser subsidiadas com informações úteis e capazes de reduzir os riscos e incertezas inerentes a tal atividade.

Dentre as várias fontes de informações que a empresa tem ao seu dispor, destaca-se a contabilidade, que desempenha o papel de mensurar, registrar, sumarizar e comunicar as variações ocorridas com os seus patrimônios, tornando-se assim, uma base de dados para os gestores financeiros, não só com relação às informações internas da empresa, como também acerca do mercado em que está inserida.

O objetivo principal da contabilidade é prover o usuário com informações capazes de embasar e tornar mais segura a sua tomada de decisão, para tanto, é necessário que tal informação esteja revestida de características que lhe atribuam qualidades como confiabilidade, relevância, compreensibilidade e comparabilidade, que, caso não sejam observadas, podem anular o esforço de produzi-la.

Assim sendo, o presente trabalho busca evidenciar a qualidade das informações elaboradas pelo sistema de informações contábeis de empresas do setor elétrico brasileiro sob a ótica dos seus gestores financeiros.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

As empresas nacionais de energia elétrica, que durante várias décadas estiveram sobre o comando estatal, nos últimos anos vivenciaram uma série de mudanças no seu ambiente de negócios, como por exemplo, as privatizações e a forte regulação por parte do governo.

Segundo Matsudo (2001), o setor elétrico brasileiro que era praticamente estático, passou a ser mais dinâmico e os agentes que melhor se adaptarem às novas regras do “jogo”, poderão beneficiar-se em termos de posicionamento, minimização do risco e rentabilidade do mercado, caso consigam identificar melhor as oportunidades e riscos.

Parte dessas mudanças está relacionada à gestão financeira das empresas de energia, que até então eram financiadas pelo Estado. Porém, em decorrência do esgotamento da capacidade financeira estatal, o setor público não dispunha de recursos para realizar os investimentos necessários ao desenvolvimento de tais empresas e, por isso, transferiu tal responsabilidade para a iniciativa privada, com o intuito de possibilitar a expansão do segmento, além de criar, segundo Oliveira (1999, p. 31), “[...] um ambiente de competição capaz de projetar uma redução de preços da energia no médio prazo”. Portanto, é possível observar que o êxito dessa reestruturação está relacionado ao desempenho alcançado pelos gestores financeiros, responsáveis pela aplicação e captação otimizada destes recursos, que, para isso, precisam estar providos de informações acerca do fluxo de caixa, grau de liquidez, giro dos ativos e saúde financeira da empresa, entre outros, cujo grande fornecedor é o sistema de informação contábil.

A Contabilidade se configura como um dos mais relevantes sistemas geradores de informações não só para a área financeira como para qualquer outra área da organização e por isso deve suprir os seus mais variados usuários, dentre eles o gestor financeiro, com informações de qualidade, sejam obrigatórias (demonstrações contábeis) ou gerenciais (relatórios internos).

Os atributos ou características que conferem qualidade à informação contábil são relacionados por várias entidades, como por exemplo, a ONU (Organização das Nações Unidas), o FASB (*Financial Accounting Standards Board*), o IASB (*International Accounting Standard Board*) e o CFC (Conselho Federal de

Contabilidade). Entre tais características pode-se destacar a relevância, a compreensibilidade, a confiabilidade e a comparabilidade da informação. Cabe ressaltar que, a inobservância de tais características pode prejudicar sobremaneira o processo decisório dos usuários de tais informações, provocando os mais variados prejuízos.

Entretanto, não basta que as informações estejam revestidas de qualidade se esta não for percebida por seus usuários. Por isso, considerando que a informação contábil é uma mensagem e o gestor financeiro é um dos seus receptores, é possível que o entendimento acerca da qualidade de tal informação esteja relacionado ao nível de conhecimento (neste estudo mensurado através das variáveis *tempo de experiência como gestor financeiro* e *área de formação acadêmica*) que esse usuário possui sobre o assunto abordado.

Face ao exposto, emerge a seguinte problemática a ser estudada no desenvolvimento deste trabalho: *O grau de entendimento dos gestores financeiros de empresas do setor elétrico brasileiro quanto às características qualitativas das informações contábeis está relacionado com o seu tempo de experiência na função e/ou sua área de formação acadêmica?*

1.3 HIPÓTESES DE PESQUISA

De acordo com Lakatos e Marconi (2001, p. 127) após a formulação do problema “propõe-se uma resposta ‘suposta, provável e provisória’, isto é, uma hipótese”.

A partir do problema de pesquisa elaborado foram formuladas as hipóteses abaixo:

1ª Hipótese:

H₀: O grau de entendimento quanto às características qualitativas das informações contábeis dos gestores financeiros de empresas do setor elétrico brasileiro **não está** relacionado com o seu tempo de experiência nessa função.

H₁: O grau de entendimento quanto às características qualitativas das informações contábeis dos gestores financeiros de empresas do setor elétrico brasileiro **está** relacionado com o seu tempo de experiência nessa função.

2ª Hipótese:

H₀: O grau de entendimento quanto às características qualitativas das informações contábeis pelos gestores financeiros de empresas do setor elétrico brasileiro **não está** relacionado com a sua área de formação acadêmica.

H₁: O grau de entendimento quanto às características qualitativas das informações contábeis pelos gestores financeiros de empresas do setor elétrico brasileiro **está** relacionado com a sua área de formação acadêmica.

Para operacionalizar o teste de hipóteses foram utilizadas as características qualitativas da compreensibilidade, da relevância, que está relacionada com a tempestividade, o valor preditivo e valor como *feedback*, da confiabilidade, constituída pela representação fiel, essência sobre a forma, neutralidade, prudência e verificabilidade, e da comparabilidade, selecionadas conforme descrito no item 1.6.

1.4 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar se o grau de entendimento dos gestores financeiros de empresas do setor elétrico brasileiro quanto às características qualitativas das informações contábeis está relacionado com a sua experiência na função e/ou com a sua área de formação acadêmica.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Identificar na literatura as principais explicações sobre os objetivos e os usuários da contabilidade, sobre o processo de comunicação e as características qualitativas da informação contábil, bem como, sobre a função exercida pelo gestor financeiro;
- Contextualizar historicamente o desenvolvimento e a reestruturação do setor elétrico brasileiro nas últimas décadas;
- Demonstrar o grau de importância atribuído pelos gestores financeiros a cada característica abordada na pesquisa;
- Evidenciar os fatores que comprometem as características qualitativas da informação contábil com base nos resultados da pesquisa.

1.5 JUSTIFICATIVA

As mudanças no mundo contemporâneo processam-se de forma cada vez mais veloz e, juntamente com um ambiente de competição global, demandam uma capacidade iminente de transformação das empresas, que devem assumir uma postura inovadora a fim de que consigam se manter competitivas. Com o ritmo acelerado do mercado atual, onde o fator tempo é determinante para qualquer organização, as respostas devem ser tempestivas e seguras e os processos devem ser avaliados e corrigidos, sempre que necessário, para asseverar a continuidade da empresa no mercado.

Caracterizada como uma das principais fontes de informações das empresas, a contabilidade é obrigada a adequar-se a nova realidade, pois, conforme afirma Padoveze *et al* (2004), observando a sua evolução histórica, verifica-se que essa ciência progride e se aperfeiçoa acompanhando o desenvolvimento da sociedade, buscando sempre oferecer informações aos seus mais diversos usuários. Diante desse contexto, busca sempre aperfeiçoar seus métodos e técnicas em consonância com o cenário atual, e deve produzir informações de qualidade, baseadas nas

necessidades informacionais dos seus usuários de acordo com os seus modelos decisórios.

Assim sendo, a presente pesquisa justifica-se ao buscar evidenciar se as demonstrações e os relatórios gerenciais gerados pela contabilidade, estão revestidos de qualidades capazes de reduzir riscos e incertezas do processo decisório dos gestores financeiros de empresas geradores e/ou distribuidoras de energia elétrica brasileiras, tendo em vista tamanha relevância atribuída ao setor elétrico, cuja eficiência é fator imprescindível para o crescimento econômico do país.

Entretanto, para que as informações contábeis auxiliem no processo decisório é necessário que sejam transmitidas através de um processo de comunicação eficiente, caso contrário não conseguirão atingir o seu objetivo. Dias Filho e Nakagawa (2001) ressaltam que, embora se entenda que a comunicação é função básica da atividade contábil, têm-se realizado poucas pesquisas, no intuito de investigar se a linguagem utilizada na evidenciação contábil permite uma compreensão satisfatória dos elementos que podem afetar as decisões econômico-financeiras dos usuários da Contabilidade.

Bartolomé (1999) enfatiza que a tendência quando se pensa em comunicação é que haja uma concentração nos problemas relacionados à emissão ou transmissão de mensagens mais do que com a recepção, compreensão ou interpretação. O autor resalta ainda que para um gerenciamento eficaz, ambas as dimensões do fluxo são importantes.

Portanto, enquanto provedora de informação para a tomada de decisão, a contabilidade necessita conhecer as necessidades dos usuários bem como suas limitações, procurando adequar-se e gerar informações úteis para atingir o seu objetivo. Assim sendo, este estudo é relevante ao procurar evidenciar a opinião de um grupo de usuários acerca da qualidade da informação contábil disponibilizada e utilizada no processo decisório.

1.6 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com 28 gestores financeiros de empresas dos segmentos de geração e/ou distribuição do setor elétrico brasileiro, entre os meses

de novembro de 2006 a fevereiro de 2007, limitando-se a evidenciar se o grau de entendimento desses usuários quanto aos atributos ou características qualitativas das informações contábeis (demonstrações obrigatórias e relatórios gerenciais) está relacionado com a sua experiência e/ou área de formação acadêmica.

Com relação aos atributos ou características qualitativas da informação contábil adotadas neste trabalho, é importante salientar que a escolha foi balizada nos pronunciamentos do *Financial Standards Board* (FASB), *International Accounting Standards Board* (IASB), Organização das Nações Unidas (ONU) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Para tanto, o critério utilizado foi a convergência das características entre os órgãos, sendo selecionadas apenas aquelas consideradas por mais de um deles, resultando então em um conjunto mais representativo, conforme evidenciado no Quadro 1.

CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS	ÓRGÃOS			
	FASB	IASB	ONU	CFC
Compreensibilidade	X	X	X	X
Relevância:				
Tempestividade/Oportunidade	X		X	X
Valor Preditivo	X	X	X	
Valor como <i>Feedback</i>	X	X		
Materialidade		X	X	
Confiabilidade:				
Representação Fiel	X	X	X	
Essência Sobre a Forma		X	X	
Neutralidade	X	X	X	
Prudência		X	X	
Verificabilidade	X		X	
Comparabilidade		X	X	X

Quadro 1 – Características Qualitativas Abordadas na Pesquisa

Fonte: Elaboração própria.

Cada uma das características qualitativas elencadas (Quadro 1) fundamenta uma pergunta do questionário aplicado, com exceção da **materialidade**, pois, conforme preceitua o IASB (1998, p. 36), “A materialidade depende do tamanho do item ou do erro, julgado nas circunstâncias específicas de sua omissão ou distorção”, consistindo em um aspecto difícil de ser operacionalizado através do

questionário, já que tal característica só poderia ser avaliada através da elaboração de conjecturas, cenários ou situações hipotéticas que não são condizentes com os objetivos do trabalho.

Conforme relatado anteriormente, a pesquisa busca evidenciar se o tempo de experiência e/ou formação acadêmica estão relacionados com o grau de entendimento dos gestores financeiros acerca das características qualitativas da informação contábil. Considerando que o entendimento do usuário pode ser afetado pelo nível de conhecimento que ele possui sobre determinado assunto, optou-se pelas variáveis *experiência* e *formação* por julgar que ambas são capazes de representar tal aspecto.

1.7 METODOLOGIA

Para a consecução dos objetivos propostos na pesquisa, o método científico adotado foi o indutivo.

Beuren (2004) classifica em três categorias os tipos de pesquisas: quanto aos objetivos (exploratória, descritiva, explicativa), quanto aos procedimentos (estudo de caso, levantamento, pesquisa bibliográfica, documental, participante e experimental) e quanto à abordagem do problema (qualitativa e quantitativa).

Face ao exposto, a presente investigação é tipificada como descritiva quanto aos seus objetivos, ao procurar evidenciar os fatores que comprometem as características qualitativas da informação contábil sob a ótica dos gestores financeiros pesquisados.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é classificada como bibliográfica e de levantamento. A pesquisa bibliográfica foi realizada com base em livros, artigos científicos, dissertações, teses e *sites* da internet, que abordassem assuntos pertinentes ao estudo. Já a pesquisa de levantamento foi viabilizada através de questionário aplicado aos respondentes.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa quanto à abordagem do problema, pois busca analisar o grau de entendimento dos gestores financeiros de empresas do setor elétrico brasileiro acerca das características qualitativas da informação contábil.

1.7.1 População e Amostra da Pesquisa

A população da presente pesquisa é composta por todas as empresas distribuidoras e/ou geradoras de energia elétrica situadas no território brasileiro. A escolha de tais empresas ocorreu devido à relevância atribuída ao setor elétrico que é peça fundamental para o desenvolvimento do país e que vem passando por um intenso processo de reestruturação.

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), existem 97¹ empresas geradoras e/ou distribuidoras de energia. Desse total, foram enviados questionários para 58 empresas, tratando-se de uma amostra não probabilística e por acessibilidade ou conveniência, dos quais retornaram 28 respostas, onde 2 questionários foram aplicados através da coordenação do XXII Encontro Nacional de Contadores do Setor Elétrico (ENCONSEL), promovido pela Associação Brasileira dos Contadores do Serviço Público de Energia Elétrica (ABRACONEE), realizado entre os dias 12 e 14 de novembro de 2006, em Belo Horizonte. Outros 19 questionários retornaram após vários contatos através de telefone e correio eletrônico e as últimas 7 respostas foram viabilizadas por um contato da pesquisadora no setor elétrico facilitando assim o acesso e o retorno da pesquisa.

Os questionários foram endereçados aos gestores financeiros das empresas alvo da pesquisa, e a opção por tal respondente ocorreu tendo em vista que a contabilidade constitui uma importante fonte de informações para tais usuários.

1.7.2 Instrumento de Coleta de Dados

Para coletar os dados da pesquisa, elaborou-se um questionário (Apêndice B) contendo perguntas pertinentes ao assunto do trabalho, distribuídas em três partes. A primeira parte foi destinada a obter informações sobre a empresa em que trabalha o respondente (tipo, faturamento anual e região). A segunda parte contemplou os dados do entrevistado (gênero, idade, função, tempo de experiência, nível de

¹ De acordo com a base de dados da ANEEL disponível em: <<http://www.aneel.gov.br>>. Acessado em 25 de janeiro de 2007.

escolaridade e formação acadêmica). A terceira e última parte do questionário buscou evidenciar o posicionamento do respondente acerca de três aspectos, a saber: o grau de entendimento quanto às características qualitativas da informação contábil utilizada no seu processo decisório; os fatores que dificultam ou impedem a incidência de tais características nas informações utilizadas; e o grau de importância atribuído a cada característica qualitativa abordada neste estudo.

Com o intuito de mensurar o citado grau de entendimento, foi utilizada uma escala *Likert-5*, com o parâmetro de 0 a 4, onde zero correspondia a **nunca** e quatro correspondia a **sempre**, para que o respondente assinalasse a opção que melhor correspondesse ao seu entendimento acerca da incidência de cada uma das características qualitativas nas informações contábeis por ele utilizadas, conforme exemplo a seguir:

- Você compreende as informações contábeis (demonstrações financeiras obrigatórias e relatórios internos/gerenciais) utilizadas no seu processo decisório?						
Nunca	0	1	2	3	4	Sempre

Caso a resposta fosse diferente de **sempre**, o gestor financeiro deveria responder a questão seguinte, assinalando os fatores que em sua opinião impediram ou dificultaram a presença constante de tais características nas informações utilizadas, como segue:

- Se na questão anterior sua resposta foi diferente de “4”, assinale abaixo qual(is) o(s) fator(es) que dificulta(m) a compreensão das referidas informações:
[] A linguagem utilizada (termos técnicos);
[] A apresentação (<i>layout</i>) das informações (demonstrações, relatórios);
[] Excesso de informações;
[] Ausência de conhecimento;
[] Outro (Especificar)._____

E por último, para mensurar o grau de importância atribuído pelo respondente a cada característica qualitativa também foi utilizada uma escala *Likert-5*, com o parâmetro de 0 a 4, onde zero correspondia a **sem importância** e quatro a **muito importante**.

Após a elaboração do questionário, realizou-se um pré-teste com três gestores financeiros de empresas do setor elétrico, através do qual foi possível detectar a necessidade de reformular e acrescentar algumas questões e só então os questionários foram encaminhados. Cabe ressaltar que os participantes do pré-teste não fizeram parte da amostra da pesquisa.

1.7.3 Tratamento Estatístico

Para analisar os dados coletados através dos questionários, foi realizada, primeiramente, uma análise descritiva dos resultados. Conforme Levine, Berenson e Stephan (2000, p. 5), “A estatística descritiva pode ser definida como os métodos que envolvem a coleta, a apresentação e caracterização de um conjunto de dados de modo a descrever apropriadamente as várias características deste conjunto”.

Na segunda parte da análise, foram realizados os testes estatísticos não paramétricos que, segundo Fonseca e Martins (1996, p. 225), “exigem poucos cálculos e são aplicáveis para análise de pequenas amostras ($n < 30$)”, que é o caso do presente estudo. Conforme Martins (2002), esses testes são especialmente úteis para dados provenientes de pesquisas da área de ciências humanas.

Foram utilizados os testes não paramétricos Qui-Quadrado, para as variáveis nominais, e o coeficiente de correlação de *Spearman*, para as variáveis ordinais, considerando um nível de significância de 0,05, buscando evidenciar a existência de associações entre o grau de entendimento dos gestores financeiros e as variáveis da pesquisa.

Fonseca e Martins (1996) asseveram que o Qui-Quadrado é o teste não paramétrico mais popular, sendo utilizado quando se quer estudar a associação ou dependência entre duas variáveis nominais. Sobre o teste de correlação de *Spearman*, Vieira (2004) relata que o mesmo é utilizado quando se deseja verificar a existência de associação entre variáveis ordinais.

O teste *Spearman* foi utilizado para testar a 1ª hipótese de pesquisa, com o intuito de verificar a existência de associação entre o grau de entendimento dos gestores financeiros quanto às características qualitativas da informação contábil e o seu tempo de experiência na função. Já o Qui-Quadrado foi utilizado para testar a 2ª hipótese de pesquisa, que buscava evidenciar a existência de associação entre o grau de entendimento dos gestores acerca das características qualitativas e a sua área de formação acadêmica.

Com o intuito de aprofundar a pesquisa, os mesmos testes foram aplicados com o objetivo de identificar associações entre o grau de entendimento dos gestores financeiros e as demais variáveis da pesquisa, são elas: tipo de empresa (variável nominal), faturamento anual (variável ordinal), região em que a empresa está situada (variável nominal), gênero, idade e função (variáveis nominais) dos gestores financeiros e nível de escolaridade (variável ordinal).

2 A INFORMAÇÃO CONTÁBIL

2.1 OBJETIVOS DA CONTABILIDADE

De acordo com Iudícibus (2000), o ponto de partida de qualquer campo de estudos é definir os seus limites de atuação bem como seus objetivos. A seguir, são apresentadas definições acerca dos objetivos da contabilidade conforme alguns autores e órgãos relacionados a essa ciência.

Em 1978, o *Financial Standards Board* (FASB), publicou o *Statement of Financial Accounting Concepts Nº 1* (SFAC 1), intitulado “*Objectives of Financial Reporting by Business Enterprises*”. Tal documento ressalta a abordagem pragmática da contabilidade e define os seguintes objetivos para as demonstrações financeiras (FASB, 1978, p. 5, tradução nossa):

[...] fornecer informações que sejam úteis para investidores e credores atuais e em potencial, bem como para outros usuários que visem a tomada racional de decisões de investimento, crédito e outras semelhantes.

Para o *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), “O objetivo básico dos demonstrativos financeiros é prover informação útil para a tomada de decisões econômicas” (IUDÍCIBUS, 2004, p. 22).

No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 1999, p. 33), através da Resolução nº 774/94, define os objetivos da contabilidade sob dois enfoques: o científico e o pragmático. Segundo o referido órgão, “o objetivo científico da Contabilidade manifesta-se na correta apresentação do Patrimônio e na apreensão e análise das causas das suas mutações”. Sob o enfoque pragmático o conselho enuncia que:

[...] a aplicação da Contabilidade a uma Entidade particularizada, busca prover os usuários com informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do Patrimônio da Entidade e suas mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos, expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas e outros meios.

O Pronunciamento Técnico “Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade” do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON, 1986) delibera que:

O **objetivo principal da Contabilidade**, [...] é o de permitir, a cada grupo principal de usuários, a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras. (grifo do autor)

Ludícibus (2004, p. 25), de forma sintética, assevera que “O objetivo básico da Contabilidade, [...], pode ser resumido no fornecimento de informações econômicas para os vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais”.

Diante do exposto, é possível observar que todas as definições citadas convergem em um objetivo comum, que é fornecer informações úteis ao usuário da contabilidade, conduzindo-o às melhores decisões.

No entanto, o atingimento desse objetivo não é uma tarefa simples, já que como ciência social, a contabilidade movimenta-se junto com a sociedade e é influenciada por mudanças de ordem econômica, política e social, que tornam constante a busca para adequar-se às novas realidades. Tais mudanças influenciam, entre outros fatores, no tipo de usuário, no tipo de informação demandada, no processo decisório e principalmente na utilidade da informação. Sobre esse último aspecto, Ludícibus (2004) alerta que na prática é muito difícil decidir o que é útil ou não para a tomada de decisão.

Assim sendo, é necessário um esforço conjunto e contínuo de toda classe contábil no intuito de buscar formas para atingir o objetivo principal da contabilidade. Para tanto, Libonati (1994) cita alguns pontos a serem percorridos na busca de um modelo que solucione esse dilema, a saber:

- Identificação das classes de usuários bem como suas exigências de informações;
- Nível de conhecimento contábil apresentado pelos usuários;
- A estrutura de acumulação, entradas, processamento e saídas do sistema de informação.

Dias Filho e Santos (2000) ressaltam ainda que, além de interpretar e atender às novas necessidades dos usuários tradicionais, deve-se também identificar e

satisfazer outros agentes que demonstrem interesse em informações de natureza contábil e que já surgem com expectativas diferentes e até mais sofisticadas. Para Oliveira (1998), toda essa diversificação envolvendo usuários e seus respectivos interesses e níveis de conhecimento configura um desafio para a contabilidade, no que tange à consecução do seu objetivo principal.

2.2 USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

O surgimento da contabilidade ocorreu em um cenário prático, sem vinculação com nenhum tipo de legislação, princípios ou regras, através de proprietários e gestores que buscavam um instrumento que ajudasse na gestão do seu patrimônio (IOB, 2000). Dias Filho e Santos (2000) relatam que nos primórdios, quando as operações ocorriam através de trocas, a contabilidade resumia-se a prestar informações muito limitadas sobre o patrimônio individual. Com o surgimento da moeda e o desenvolvimento do mercantilismo, os autores afirmam que a informação contábil passou então a ser utilizada para controlar a evolução financeira de determinados empreendimentos. Ainda segundo os autores, o advento da Revolução Industrial impulsionou o conhecimento contábil quando passou a fornecer informações mais sofisticadas às empresas e seus agentes financiadores que desejavam conhecer a situação financeira daquelas e, desde então, a contabilidade passou a contribuir para a disseminação das informações de ordem econômica subsidiando decisões de vários usuários.

Através desse breve histórico é possível confirmar que a contabilidade reflete as características do ambiente sócio-econômico em que está inserida, buscando sempre adequar-se às necessidades dos seus usuários.

Não obstante, o contexto do cenário atual diversificou ainda mais os grupos de usuários da contabilidade, bem como suas necessidades informacionais, estimulando assim, o desenvolvimento dessa ciência. Conforme explicam Iudícibus, Martins e Carvalho (2005), cada fase de desenvolvimento da contabilidade está alinhada ao surgimento de vários “interessados” na informação contábil.

O AICPA afirma que “sem dúvida, tem havido mudanças substanciais nos tipos de usuários e nas formas de informação que têm procurado” (IUDÍCIBUS,

2004, p. 22). Cada grupo de usuário apresenta interesses e objetivos específicos e utilizam a informação para vários fins (PADOVEZE et al, 2004), podendo inclusive haver diferentes percepções entre usuários do mesmo grupo acerca da informação que é importante para a sua tomada de decisão (McCULLERS e DANKER, 1978).

O FASB (1978, tradução nossa) considera que o grupo principal de usuários da contabilidade é formado por acionistas, outros investidores e credores, de modo que a divulgação financeira deve atender às suas necessidades informacionais, já que esse grupo não possui autoridade a ponto de determinar a produção da informação que desejam.

Ao contrário do FASB, o CFC, através da Resolução nº 785/95, apresenta um enfoque mais abrangente quando enuncia que “Os usuários são pessoas físicas ou jurídicas com interesse na Entidade, que se utilizam das informações contábeis desta para seus próprios fins, de forma permanente ou transitória”.

De modo geral, os usuários da contabilidade são divididos em dois grandes grupos: externos e internos à organização. Padoveze et al (2004) afirmam que a análise realizada pelos usuários externos se baseia nas demonstrações financeiras publicadas pela organização e alguns esclarecimentos que auxiliem no entendimento das mesmas. De acordo com Aguiar (2002), esse grupo é muito importante para sobrevivência da empresa, haja vista que é através dele que a empresa capta recursos necessários a sua continuidade. Tal grupo é composto por investidores, analistas de investimento, fornecedores, instituições financeiras, clientes, concorrentes, governo, sindicatos de empregados, empregados, entre outros.

Já o grupo de usuários internos é composto por gestores (administradores, diretores, gerentes, etc.) de todos os níveis, operacionais, táticos e estratégicos (SOARES, 1998), que apresentam uma análise considerada mais completa, pois possuem acesso às informações de forma fácil e irrestrita, e muitas, inclusive, sigilosas (PADOVEZE et al, 2004). Tal grupo é finito e perfeitamente delineável, e, assim como os usuários externos, desempenha um papel relevante junto à empresa, cuja sobrevivência depende da adequação das decisões tomadas por esses usuários (SILVA, 1992 apud AGUIAR, 2002). A qualidade das informações contábeis é imprescindível para os gestores, os principais usuários internos, já que os mesmos necessitam diariamente dessas informações no seu processo de gestão, com o

intuito de planejar, executar e controlar melhor suas ações e reduzir os riscos e incertezas que permeiam o ambiente de negócios.

O presente estudo tem como foco o gestor financeiro, um usuário interno que necessita das informações geradas pela contabilidade, evidenciadas através das demonstrações contábeis obrigatórias e dos relatórios gerenciais/internos, para subsidiar o seu processo decisório.

Estudos brasileiros realizados com gestores (SOARES, 1998; RESKE FILHO, 2000; STROEHER, 2005) relatam que existem dissonâncias entre as informações necessárias a esses usuários e aquelas fornecidas normalmente pela contabilidade, que os satisfazem de forma parcial e por vezes são geradas com atrasos, levando-os a recorrer a relatórios complementares.

Essa insatisfação se estende a vários outros tipos usuários da informação contábil, e sobre tal fato, Ludícibus (2004) declara que é necessário conhecer de maneira satisfatória todos os detalhes de cada modelo decisório adotado por cada usuário, caso contrário, não será possível atender igualmente bem, em todo e qualquer tempo, a todos os usuários.

2.2.1 O Gestor Financeiro Como Usuário da Informação Contábil

A continuidade das organizações está diretamente relacionada ao nível de acerto da gestão financeira (ZDANOWICZ, 2000), o que faz do gestor financeiro o responsável por algumas das mais importantes decisões no contexto empresarial.

Para Assaf Neto (1997), independente do tipo de operação, a empresa é sempre avaliada como tomadora de dois tipos de decisões, que devem se apresentar de forma integrada, são elas: decisões de financiamento (captação de recursos) e decisões de investimento (aplicação de recursos). O autor cita ainda as decisões de dividendos (alocação do resultado líquido obtido), que segundo ele, são geralmente incluídas nas decisões de financiamento, por representar uma possível alternativa para financiar as atividades da organização.

Com relação às decisões de investimento, Sanvicente (1997) advoga que consistem em um conjunto de decisões acerca da estrutura ideal de ativos da empresa, cuja principal preocupação é avaliar e escolher as melhores alternativas

para aplicar recursos nas atividades normais da empresa, buscando obter o maior retorno possível, de acordo com o risco que os proprietários estejam dispostos a correr. Braga (1995) observa que além da estrutura de ativos, as decisões de investimento referem-se também à implementação de novos projetos para que as empresas se mantenham tecnologicamente atualizadas em virtude da grande concorrência estabelecida no mercado atual.

Já as decisões de financiamento, “[...] envolvem a definição da natureza dos fundos aplicados, ou seja, a estrutura das fontes de capital demandadas pelas decisões de investimento” (ASSAF NETO, 1997, p. 1). Através de tais decisões, o gestor financeiro visa elaborar a mais adequada estrutura financeira condizente com as operações normais e os novos projetos a serem implantados na organização (BRAGA, 1995).

A terceira decisão consiste em definir a destinação do lucro líquido, que também é conhecida como política de dividendos (SANVICENTE, 1997), ou seja, quanto do lucro obtido nos exercícios sociais deve ser distribuído aos acionistas e quanto deverá ser utilizado para financiar a expansão dos negócios (BRAGA, 1995), motivo pelo qual também é considerada uma fonte de financiamento.

Diante desse contexto, é importante lembrar que, devido às mudanças ocorridas na economia mundial, como a abertura de mercado, o aumento da concorrência, e, no caso do setor elétrico brasileiro, o processo de privatização, a busca por outras fontes de financiamentos como, por exemplo, a captação de recursos estrangeiros através de *American Depositary Receipts* (ADR), tais decisões tornaram-se mais complexas e arriscadas, evidenciando a função do gestor financeiro e a sua necessidade de dispor de informações capazes de subsidiar o processo de tomada de decisão, cujo sucesso é fundamental para o desempenho da organização. Para tanto, tais usuários utilizam várias fontes de informações, inclusive, a contabilidade.

As informações utilizadas pelo gestor financeiro são provenientes tanto do conjunto de demonstrações obrigatórias, que são balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas, quanto de relatórios internos diversos, como por exemplo, o fluxo de caixa.

De acordo com Braga (1995, p. 33), as informações produzidas pela contabilidade são consideradas dados brutos que devem ser transformados em informações que possibilitem ao administrador financeiro:

- Avaliar a situação econômico-financeira da empresa, a formação do resultado, os efeitos de decisões tomadas anteriormente, etc;
- Tomar novas decisões, corrigindo o rumo indesejado; e
- Desenvolver planos operacionais e de investimentos.

Oliveira (2004) ressalta que o gestor financeiro está preocupado em manter a solvência e maximizar a riqueza da empresa e possui como ponto de partida as informações provenientes da contabilidade.

Face ao exposto, é possível depreender que a contabilidade constitui uma das fontes de informações para o gestor financeiro, por isso, é imprescindível conhecer as necessidades informacionais e o nível de conhecimento desse receptor, para que a informação contábil seja elaborada em consonância com a sua realidade, de forma que seja utilizada em toda a sua potencialidade. Para tanto, é necessário que tais informações possuam qualidades como: *compreensibilidade*, para que o gestor entenda e utilize a informação da melhor maneira possível; *relevância*, sendo disponibilizada de forma oportuna, pertinente e capaz de auxiliar o gestor financeiro na projeção e no acompanhamento dos fluxos de recursos em ambientes dinâmicos e de risco; *confiabilidade*, apresentando-se de forma neutra, prudente e verificável, representando os eventos fielmente e respeitando a sua essência econômica para então servir de base segura para análises e decisões financeiras; *comparabilidade*, de modo a permitir que o gestor financeiro possa comparar o desempenho da empresa com seus concorrentes ou com ela própria em períodos diferentes.

2.3 O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A teoria contábil pode ser analisada sob várias abordagens ou enfoques, através dos quais busca-se observar, entender, explicar e inferir acerca de uma situação, fato ou fenômeno (CROZATTI, 1994), no intuito, inclusive, de solucionar problemas complexos em contabilidade (HENDRIKSEN e BRENDA, 1999).

Dentre as várias abordagens adotadas, destaca-se a da Teoria da Comunicação, haja vista que a Contabilidade “[...] pode ser conceituada como o método de identificar, mensurar e **comunicar** informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação” (IUDÍCIBUS, 2004, p. 29, grifo nosso). Seguindo essa mesma linha de pensamento, Silva e Tristão (2000, p.15) entendem que “[...] a contabilidade representa uma realidade econômica e sua comunicação aos interessados por essa informação”. Tal idéia também é compartilhada por Smith e Smith (1971 apud DIAS FILHO, 2000) quando afirmam que os princípios da teoria da comunicação podem ser utilizados para analisar se a contabilidade está desempenhando adequadamente a função de comunicar as “informações financeiras”, ressaltando que, caso essa função não seja realizada a contento, os demonstrativos contábeis tornam-se inúteis.

Conforme Salvary (2005, tradução nossa), a contabilidade tem sido referenciada como um processo de comunicação, quando o mais apropriado é designá-la como uma linguagem. Dias Filho (2001) cita que muitos autores consideram a contabilidade como a linguagem dos negócios. Entretanto, faz-se mister lembrar que para compreender o conteúdo dos relatórios contábeis o usuário deve ter domínio dessa linguagem. Não obstante, Pereira, Fragoso e Ribeiro Filho (2005) associam a importância da Teoria da Comunicação à análise da relação entre o emissor e o receptor da informação, visando melhorias no processo de comunicação das informações. Tal idéia é complementada por Souto Maior (1994) quando afirma que sob a abordagem da teoria da comunicação, a contabilidade enfatiza a produção e comunicação de informações bem como a satisfação das necessidades dos vários grupos de usuários.

Para Carvalho (1991), o contador é o comunicador do ambiente empresarial no século atual, devendo, então, dedicar-se ainda mais ao aperfeiçoamento da comunicação. Assim sendo, é necessário conhecer muito bem os elementos que compõem o processo de comunicação da informação contábil, entender de que forma estão inter-relacionados, buscando promover uma harmonia entre eles.

De acordo com Libonati e Souto Maior (1996), o processo de comunicação, de modo geral, é composto pelos seguintes elementos:

- Emissor;
- Mensagem;
- Canal de Comunicação; e
- Receptor.

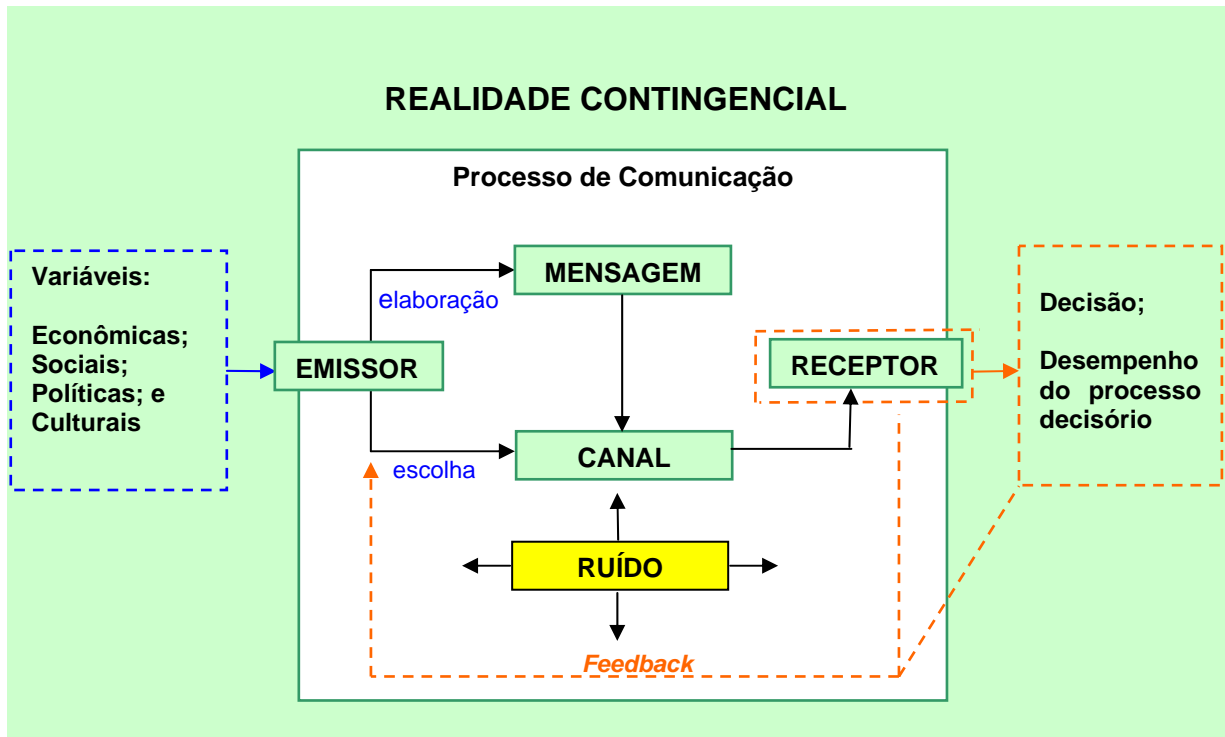


Figura 1 – Processo de Comunicação

Fonte: Adaptado de Pereira, Fragoso e Ribeiro Filho (2005) e de Kotler e Armstrong (1999).

Conforme ilustrado na Figura 1, tal processo inicia-se com o emissor que, considerando algumas variáveis, elabora a mensagem e escolhe o canal mais adequado para transmiti-la com a expectativa de obter alguma reação do receptor, o que é denominado de *feedback*. O receptor por sua vez deverá ser capaz de decodificar tal mensagem para então utilizá-la na sua tomada de decisão. Entretanto, o processo de comunicação pode sofrer algumas interferências denominadas de ruídos, que impedem ou dificultam a mensagem de chegar ao receptor tal qual foi enviada pelo emissor. A seguir serão abordados todos esses elementos de forma mais detalhada.

2.3.1 Emissor

No processo de comunicação o emissor é aquele que tem a finalidade de codificar a mensagem, tornando-a compreensível ao destinatário ou receptor (DIAS FILHO e NAKAGAWA, 2001), e ainda escolher o canal através do qual será transmitida. Funções essas que dependem do nível de conhecimento do emissor e devem ser realizadas em consonância com a realidade dos usuários (receptores) dessas informações, considerando a sua necessidade informacional e o seu nível de entendimento acerca do assunto abordado.

Em se tratando do processo de comunicação da informação contábil, tal elemento é representado pelo contador, que tem a função de interpretar fielmente, selecionar e codificar de forma compreensível (DIAS FILHO, 2000) os eventos econômicos para vários tipos de usuários através de relatórios contábeis (canal). O contador, para tanto, deve conhecer bem tais receptores, suas limitações e necessidades, uma missão nada simples tamanha a diversidade dos usuários da informação contábil.

2.3.2 Mensagem

A mensagem é um conjunto de símbolos que liga o emissor ao receptor, permitindo a transmissão dos mais variados conteúdos (KOTLER e ARMSTRONG, 1999; DIAS FILHO e NAKAGAWA, 2001).

A importância do papel desempenhado pela mensagem no processo de comunicação é notória, haja vista que possui o desígnio de expressar o objetivo do emissor, que pretende influenciar a reação daquele que recebe a mensagem. Para tanto, Berlo (1999) adverte que ao elaborar a mensagem o emissor deve sempre selecionar códigos que o receptor compreenda, elaborar conteúdo convincente e pertinente ao seu interesse e às suas necessidades, e ainda tratar a mensagem de forma a obter o máximo de efeito possível.

Tal preocupação deve, igualmente, ser considerada pelo contador (emissor) no processo de comunicação da informação contábil (mensagem), já que o

entendimento, consoante Dias Filho e Nakagawa (2001), é requisito necessário para que as informações sejam utilizadas adequadamente pelo usuário (receptor) no seu processo decisório. Os autores alertam ainda que a informação deve ser relevante face aos objetivos do usuário, caso contrário terá sido inútil o esforço de produzi-la. Inútil também será a produção de informação (mensagem) que não possua características que lhe garantam qualidade, pois de nada adianta emitir, transmitir e receber uma informação desprovida de certos atributos, como por exemplo, tempestividade, relevância, confiabilidade, entre outros. Tais características, denominadas de qualitativas, serão abordadas em um item específico.

2.3.3 Canal

Conforme Dias Filho e Nakagawa (2001) o canal é o meio escolhido pelo emissor para transmitir a mensagem ao receptor, devendo ser dominado por ambos e compatível com o tipo de mensagem que se deseja transportar. Cabe ressaltar que a seleção do canal é relevante na determinação da qualidade e efetividade da comunicação (BERLO, 1999).

No processo de comunicação em contabilidade, o canal é representado pelas demonstrações e relatórios contábeis (SOUTO MAIOR, 1994; LIBONATI e SOUTO MAIOR, 1996), cuja análise (ou interpretação) deve possibilitar aos diversos usuários uma tomada de decisão relevante (SOUTO MAIOR, 1994), onde tanto a análise quanto a decisão podem ser afetadas pela quantidade e qualidade da informação (CINCA, 2000, tradução nossa).

2.3.4 Receptor

Esse é um dos mais importantes elementos do processo de comunicação, conforme advoga Berlo (1999, p. 53) ao afirmar que “A única justificção para a existência da fonte, para a ocorrência da comunicação, é o receptor, o alvo ao qual tudo é destinado”. O autor lembra ainda a relevância da integração entre o emissor

e o receptor da mensagem, cujos objetivos devem ser compatíveis, caso contrário, a comunicação será rompida.

O receptor do processo de comunicação contábil é o usuário de tal informação, que tem a função de decodificar a mensagem enviada através do canal (demonstrações e relatórios contábeis) pelo emissor (contador). A informação contábil elaborada deve ser compreensível, pois, segundo Guerreiro (1989), caso isso não ocorra o usuário tenderá a ignorá-la, sentindo-se estimulado a criar outros meios paralelos e informais para suprir suas necessidades. O emissor também não pode esquecer que a informação deve ser apropriada ao nível de conhecimento e à necessidade informacional do receptor (usuário), para que o mesmo possa utilizá-la no seu processo decisório. Sobre esse aspecto Nakagawa e Dias Filho (2001) afirmam que o usuário da informação contábil será sempre o parâmetro de maior importância. Os autores alegam ainda que, sendo a contabilidade uma disciplina essencialmente utilitária, por mais aprimorada que seja a informação, ela não terá serventia se não estiver apta a colaborar no melhoramento das decisões dos seus usuários.

2.3.5 *Feedback*

Conforme demonstrado na Figura 1, o *feedback* consiste na resposta recebida pelo emissor proveniente do receptor da mensagem. De acordo com Berlo (1999), tal elemento possibilita ao emissor a análise e verificação da sua eficiência quanto à consecução de seu objetivo, servindo inclusive como base para ações futuras.

Acerca do processo de comunicação contábil, Toler (1963 apud DIAS FILHO, 2001) relata que, ao obter o *feedback* do usuário, o emissor pode identificar os ajustes necessários nos sistemas contábeis ou mesmo melhorar a quantidade, a forma e a terminologia das informações visando atender às necessidades de seus usuários. Depreende-se, portanto, que o *feedback* é uma importante ferramenta para o aperfeiçoamento da atividade **comunicar** da contabilidade, já que possibilita uma maior integração entre o emissor e o receptor da informação contábil.

2.3.6 Ruídos

Os ruídos são interferências que afetam o processo de comunicação (DIAS et al., 2004). De acordo com Kotler e Armstrong (1999), o ruído é uma distorção não-planejada, que impede a mensagem de chegar ao receptor igualmente como foi enviada pelo emissor.

Libonati e Souto Maior (1996) relacionam alguns ruídos que podem ocorrer dificultando ou mesmo impedindo o processo de comunicação contábil, são eles:

- Terminologia Contábil: os usuários não compreendem de forma adequada os termos técnicos utilizados no processo de comunicação.
- Quantidade de Informação Divulgada: a sobrecarga de informação divulgada pode, além de ocasionar a geração de custos adicionais para a empresa, confundir o usuário implicando na redução da eficiência da sua análise.
- Capacidade de Entendimento: a compreensão da informação contábil divulgada depende do conhecimento contábil que o usuário possui, haja vista que a ausência ou o pouco conhecimento nesse assunto dificulta o entendimento da mensagem.

Para livrar o processo de comunicação contábil de tais ruídos, é indispensável conhecer os tipos de informações necessárias a cada usuário, bem como avaliar a habilidade destes em interpretar a informação de forma adequada (SOUTO MAIOR, 1994).

Tais ruídos podem, inclusive, interferir no grau de entendimento dos usuários da informação contábil ou mesmo comprometer a qualidade de tal informação.

Diante de todo o conteúdo apresentado sobre processo de comunicação, pode-se observar que o seu sucesso está condicionado à eficiência de todos os elementos que o compõe, entretanto, existem alguns que se destacam devido a sua relevância, entre eles o emissor e o receptor.

2.4 AS CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

O objetivo da contabilidade de prover vários tipos de usuários com informações quantitativas e qualitativas acerca do patrimônio das entidades, pressupõe informações elaboradas em bases seguras, capazes de reduzir incertezas e conduzi-los à melhor decisão, e para tanto devem estar revestidas de qualidade.

O FASB (1980), através do SFAC n° 2, intitulado *Qualitative Characteristics of Accounting Information*, assevera que as características qualitativas constituem os ingredientes que tornam a informação contábil útil, elencando as seguintes: compreensibilidade, relevância, que depende do valor preditivo, do valor como *feedback* e da oportunidade da informação, confiabilidade, que está ligada a verificabilidade, a fidelidade de representação e a neutralidade da informação e a comparabilidade que está relacionada à consistência e à uniformidade apresentada pela informação. O FASB traz ainda, como restrição geral às características qualitativas, a relação custo/benefício e, como limite de reconhecimento, a materialidade da informação contábil.

O *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statement*, trabalho desenvolvido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB, 1998), considera as seguintes características: compreensibilidade, confiabilidade, representada através da representação fiel, primazia da essência sobre a forma, neutralidade, prudência e integralidade da informação, relevância, que está relacionada com o valor preditivo, o valor como *feedback* e a materialidade da informação contábil, e comparabilidade. O documento identifica também a oportunidade, a relação custo/benefício e o equilíbrio entre as características qualitativas como limitações a relevância e confiabilidade.

Um outro órgão internacional que se pronunciou sobre as características qualitativas da informação contábil foi a Organização das Nações Unidas (ONU), que em 1989 referendou os trabalhos elaborados pelo FASB e pelo IASB, na época denominado *International Accounting Standards Committee* (IASC), classificando as quatro principais características qualitativas (LIBONATI e SOUTO MAIOR, 1996), a saber: relevância, configurada pela tempestividade/oportunidade, pela materialidade e pelo valor preditivo apresentado pela informação, compreensibilidade,

confiabilidade, que depende da representação fiel, da essência sobre a forma, da neutralidade, da prudência e da verificabilidade, e comparabilidade.

No Brasil, o CFC (1999), através da Resolução n° 785/95, relaciona os atributos indispensáveis às informações contábeis, com o intuito de promover divulgação satisfatória sobre a Entidade, facilitando a realização dos propósitos dos usuários, são eles: confiabilidade (veracidade, completeza e pertinência), tempestividade, compreensibilidade e comparabilidade.

Tais características não devem ser observadas de forma individual (PEREIRA, FRAGOSO e RIBEIRO FILHO, 2005), ou seja, a qualidade da informação está condicionada à observação de todos esses requisitos de forma simultânea, que como bem ressaltam Aguiar, Frezatti e Rezende (2005) devem estar presentes tanto na informação contábil financeira como também na informação contábil gerencial.

A seguir são apresentadas as características qualitativas da informação contábil baseadas nos pronunciamentos do FASB (1980), IASB (1998), ONU (1989) e CFC (1999).

2.4.1 Compreensibilidade

Para Goulart (2003), a compreensibilidade está relacionada com a necessidade de prover os usuários com informações que sejam passíveis de entendimento, já que, pouca ou nenhuma validade terá a informação que, embora relevante, não seja compreendida pelos usuários.

O FASB (1980) classificou a compreensibilidade como uma das características que auxiliam o usuário a entender as informações contábeis. Contudo, tal atributo requer que os usuários possuam um nível mínimo de conhecimento e de especialização (FASB, 1980; ONU, 1989), para então compreender e interpretar tal informação e utilizá-la em seu processo decisório.

Conforme pesquisa realizada por Dias Filho (2001), a literatura aponta a compreensibilidade como uma das características vitais à eficácia da informação contábil, dessa forma, é necessário que as demonstrações contábeis se apresentem

compreensíveis, principalmente para aqueles usuários que não possuem poder a ponto de determinar quais informações devem ser divulgadas.

2.4.2 Relevância

Para Hendriksen e Breda (1999), a informação está dotada de relevância quando for pertinente à questão em análise. O FASB (1980, tradução nossa) definiu tal característica como sendo a capacidade que a informação tem de “fazer diferença” numa decisão, auxiliando os usuários a realizar previsões sobre o resultado de eventos passados, presentes e futuros, ou ainda confirmar ou corrigir expectativas anteriores.

Alves (2003) observa que o conceito de relevância está condicionado a vários fatores que fazem com que uma informação que é relevante hoje não seja amanhã, que é relevante para um usuário não seja para outro, que é relevante para tomar uma decisão não seja para outra. A autora cita Mitchell e Volking (1993), que compartilham de tal pensamento e acrescentam que o que representa informação para alguém pode representar simples dados para outrem.

A relevância está relacionada a algumas outras características como a tempestividade, o valor como *feedback*, materialidade e o valor preditivo que serão abordados nos itens a seguir.

2.4.2.1 *Tempestividade/Oportunidade*

A oportunidade é uma qualidade desejada na análise das informações contábeis, de modo que a produção da informação deve ser feita no momento útil aos usuários e não com defasagem temporal significativa, haja vista que o seu valor diminui com o tempo (CINCA, 1995, tradução nossa). Corroborando com tal pensamento, Fuji e Slomski (2003) afirmam que, para ser útil a informação precisa estar disponível para o usuário antes de perder sua capacidade de influência.

O CFC (1999) associa a oportunidade à utilidade da informação, ao afirmar que para utilizá-la para dado fim, o usuário deverá conhecê-la em tempo hábil.

Para Oliveira (2001), uma informação produzida e não difundida em tempo hábil praticamente perde o seu significado já que a sua capacidade de reduzir incertezas depende da oportunidade de sua distribuição.

Soares (1998) adverte que a informação contábil deve ser explicitada no menor prazo possível, já que, uma informação disponibilizada com morosidade ou atraso perde toda a validade, servindo apenas para consultar dados passados. O autor lembra ainda que, uma informação aproximada elaborada dentro do prazo é muito mais importante do que uma informação precisa atrasada.

A utilidade da informação contábil está cada vez mais associada à sua oportunidade e essa é uma característica cada vez mais exigida pelos usuários pois, conforme relatam Szüster, Szüster e Szüster (2005), a responsabilidade dos profissionais contábeis de fornecer informações oportunas aumenta em decorrência dos desafios do cenário atual.

2.4.2.2 Materialidade

Com relação à característica da materialidade, Bonízio (2001, p. 83) relata que, “[...] a informação contábil deve conter itens relevantes para o usuário e omitir detalhes que não contribuam para suas decisões e possam prejudicar suas interpretações”.

A materialidade é considerada pelo FASB (1980) como uma restrição à relevância das informações a serem evidenciadas. A relevância da informação também está na sua materialidade, não só com relação ao seu tamanho, mas ao papel que tal item pode representar (ONU, 1989 apud LIBONATI e SOUTO MAIOR, 1996).

Hendriksen e Breda (1999) esclarecem que a materialidade pode estar relacionada à relevância de mudanças de valor, às correções de erros em demonstrações anteriores e descrições ou qualificações relevantes desses dados.

2.4.2.3 Valor Preditivo

O FASB (1980, tradução nossa) conceitua o valor preditivo como a qualidade da informação que auxilia os usuários a aumentarem a probabilidade de prever corretamente o resultado de eventos passados ou presentes.

De acordo com Ludícibus e Oliveira (2003), a avaliação conservadora, baseada no custo original, torna falha a utilização das demonstrações contábeis como elemento preditivo para projetar tendências futuras.

Sobre as críticas relativas ao valor preditivo das informações contábeis, Souto Maior (1994) adverte que, ainda que se refiram de forma geral ao passado, a maioria dos usuários necessita de tais informações para subsidiar a tomada decisão em relação ao futuro.

Santos (1998) ressalta a importância do valor preditivo das informações contábeis ao afirmar que a grande maioria dos usuários está muito mais interessada em fluxos de renda ou de caixa futuros, do que em dados sobre eventos passados.

2.4.2.4 Valor como Feedback

Sobre a característica do valor como *feedback*, Hendriksen e Breda (1999) advogam que a informação contábil desempenha um importante papel com relação à confirmação ou correção de expectativas anteriores.

De acordo com Souto Maior (1994), tal característica consiste na comparação das projeções das demonstrações passadas à luz dos resultados apresentados nos demonstrativos atuais.

O IASB (1998) enuncia que as informações contábeis são relevantes quando auxiliam os usuários a confirmar ou corrigir as suas avaliações anteriores.

Observa-se que tal característica permite que os usuários avaliem suas decisões, de acordo com os resultados apresentados, através dos quais poderá confirmar o desempenho de decisões anteriores e então, se necessário, corrigi-las.

2.4.3 Confiabilidade

É imprescindível para qualquer informação ser confiável e oferecer segurança aos usuários. O CFC (1999, p. 99) afirma que “A confiabilidade é atributo que faz com que o usuário aceite a informação contábil e a utilize como base de decisões, configurando, pois, elemento essencial na relação entre aquele e a própria informação”.

Segundo o IASB (1998), a informação confiável é aquela que está livre de erros relevantes, representando fielmente o que diz representar ou espera-se que represente.

A confiabilidade está fundamentada em algumas outras características como: representação fiel, essência sobre a forma, neutralidade, verificabilidade e prudência que serão abordadas nos itens seguintes.

2.4.3.1 *Representação Fiel*

Para a ONU (1989 apud LIBONATI e SOUTO MAIOR, 1996), a representação fiel está relacionada à fidelidade das transações e outros eventos que a informação contábil pretende representar.

Quanto à representação fiel das informações contábeis, O IASB (1998) destaca que a maior parte das informações financeiras está exposta a algum risco no sentido de não atingir de forma plena a representação fiel daquilo que pretende retratar. De acordo com o referido órgão, tal fato ocorre devido às dificuldades inerentes ou na identificação das transações ou eventos ou em determinar e aplicar técnicas de mensuração e apresentação que possam transmitir informações que correspondam a tais transações e eventos.

A característica da representação fiel garante à informação contábil a evidenciação fidedigna dos fatos ocorridos no patrimônio das organizações de modo que se configure em uma fonte segura de informação.

2.4.3.2 *Essência sobre a Forma*

Para que a informação represente fielmente as transações e eventos que se propõe a evidenciar, é necessário, segundo o IASB (1998), que tais transações e eventos sejam contabilizados e relatados em consonância com a sua essência econômica, e não apenas com sua forma legal. Corroborando com tal afirmação, a ONU (1989 apud LIBONATI e SOUTO MAIOR, 1996) acrescenta ainda tal fato deve ser observado mesmo que a forma legal seja diferente ou sugira tratamentos distintos.

2.4.3.3 *Neutralidade*

A neutralidade é outra característica que torna a informação confiável. O IASB (1998, p. 37) ao se referir a essa característica afirma que “As demonstrações contábeis não serão neutras se, pela escolha ou apresentação da informação, elas influenciarem a tomada de decisão ou um julgamento a fim de atingir um resultado ou desfecho predeterminado”.

De acordo com a ONU (1989 apud LIBONATI e SOUTO MAIOR, 1996) a informação deve estar livre de viés, ou seja, deve se apresentar neutra em relação aos usuários com interesses opostos não devendo favorecer a uma das partes em detrimento da outra. Entretanto, Atkinson et al. (2000) explicam que a informação nunca é neutra, já que o simples ato de medir e informar afeta os indivíduos envolvidos.

2.4.3.4 *Prudência*

De acordo com Souto Maior (1994) a incerteza desempenha um papel crucial na confiabilidade das informações contábeis, de modo que a contabilidade deverá ser prudente na elaboração de estimativas nesses casos.

A prudência ocorre diante de algumas situações de incertezas onde a contabilidade é obrigada a fazer uso de estimativas, estando, portanto, relacionada a uma dose de cautela quando da elaboração de julgamentos na formulação das mesmas, ao passo que ativos ou receitas e passivos e despesas não sejam superestimados ou subestimados, respectivamente (ONU, 1989 apud SOUTO MAIOR, 1994; IASB, 1998).

2.4.3.5 Verificabilidade

A verificabilidade, segundo a ONU (1989 apud LIBONATI e SOUTO MAIOR, 1996), consiste na possibilidade de que pessoas independentes e qualificadas confirmem que a informação comunicada corresponde aos fatos que representa e, os reflete adequadamente. No conceito de Aguiar (2002), a verificabilidade é a qualidade da informação que busca retirar do contador ou de quem estiver mensurando a informação o viés pessoal.

O FASB (1980, tradução nossa) define tal característica como a capacidade de assegurar, através de consenso entre mensuradores, que a informação evidencia o que se destina a representar, ou ainda que o método de mensuração foi utilizado sem erro ou viés.

2.4.3.6 Completeza

O CFC (1999) preceitua que a informação contábil deve abranger todos os elementos relevantes e significativos concernentes ao que deseja revelar ou divulgar, e essa característica é denominada de completeza, que, segundo o referido órgão, é um dos fundamentos da confiabilidade.

A informação confiável deve ser completa no sentido de contemplar todos os fatos importantes ao evento ou transação que se quer evidenciar e, dessa forma, representar uma base segura para o usuário que utilizá-la.

2.4.3.7 *Pertinência*

Essa é mais uma característica elencada pelo CFC (1999) que fundamenta a confiabilidade das informações elaboradas pela contabilidade, e diz respeito à concordância que deve existir entre o conteúdo da informação e o seu respectivo título ou denominação devendo ser estabelecida uma coerência entre eles.

2.4.4 Comparabilidade

O CFC (1999, p. 100) enuncia que:

A comparabilidade deve possibilitar ao usuário o conhecimento da evolução entre determinada informação ao longo do tempo, numa mesma Entidade ou em diversas Entidades, ou a situação destas num momento dado, com vista a possibilitar-se o conhecimento das suas posições relativas.

Para o FASB (1980, tradução nossa), o atributo da comparabilidade confere à informação contábil um aspecto capaz de aumentar consideravelmente a sua utilidade, ao possibilitar a comparação da empresa com outras empresas e com ela própria em períodos distintos.

A comparabilidade aumenta a utilidade da informação ao passo que permite a realização de comparações da mesma entidade em períodos distintos, bem como com outras entidades e o seu objetivo é facilitar previsões e decisões financeiras, para tanto, depende da uniformidade e consistência dos dados e informações (FUJI e SLOMSKI, 2003).

2.4.4.1 *Uniformidade*

Hendriksen e Breda (1999) asseveram que a uniformidade implica no conceito de que eventos iguais são representados de maneira idêntica, ou mesmo, possuem

características suficientemente parecidas para tornar as comparações apropriadas. Fuji e Slomski (2003) desfrutam da mesma opinião e citam que existem críticas com relação à uniformidade estrita ou rígida, já que impõe regras e procedimentos e com isso restringem a liberdade de escolha impedindo mudanças favoráveis. Segundo os autores, os argumentos contrários são que ao permitir práticas diversas haveria dificuldade da comparar as informações, fora que, a liberdade irrestrita de escolher os métodos a serem adotados poderia propiciar manipulação de dados e presença de viés.

2.4.4.2 *Consistência*

A consistência é uma característica relevante que viabiliza a comparabilidade das informações contábeis, à medida que versa sobre a utilização dos mesmos procedimentos, conceitos e métodos de mensuração em um dado intervalo de tempo, reduzindo assim a probabilidade de erros nas decisões (OLIVEIRA, 2003).

Conforme explicam Hendriksen e Breda (1999), exige-se consistência com relação ao uso de procedimentos contábeis ao longo do tempo em decorrência da dificuldade de elaboração de predições com base em séries históricas de dados que não sejam medidos e classificados da mesma forma em períodos distintos.

3 O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Para um melhor entendimento da pesquisa, faz-se necessário contextualizar o setor elétrico brasileiro, apresentando uma retrospectiva dos principais fatos ocorridos desde o final do século XIX até o processo de reestruturação ocorrido nas últimas décadas, principalmente sobre a inserção da concorrência no mercado de energia elétrica, ocasionada pelas privatizações e desverticalização do setor.

3.1 HISTÓRICO

De acordo com Garcia (2005), a primeira utilização de energia hidrelétrica no Brasil ocorreu em 1883, na cidade de Diamantina, Minas Gerais. No mesmo ano foi inaugurada a primeira linha de bondes elétricos, no Rio de Janeiro, observando-se, a partir de então, uma utilização mais intensa da energia elétrica para fins de iluminação pública, como, por exemplo, em Campos (RJ), Rio Claro (SP) e Porto Alegre (RS).

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pela expansão da construção de usinas hidrelétricas e pela concentração das concessionárias nos centros de maior consumo, sobretudo as de capital estrangeiro, cujos destaques eram o grupo LIGHT e a *American Foreign Power Company* (AMFORP) que dominavam o fornecimento de energia em quase todas as regiões mais desenvolvidas do país (GONÇALVES JÚNIOR, 2002).

O grupo LIGHT instalou-se em São Paulo no ano de 1899 e em 1905 recebeu a concessão dos serviços de energia do Rio de Janeiro. Já a trajetória da AMFORP iniciou-se em 1924, quando a empresa chegou ao Brasil e se instalou no interior de São Paulo, onde conseguiu a concessão e fundou a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL); ainda no mesmo ano, adquiriu a concessão em várias outras regiões do País e criou a Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB) para administrar as empresas adquiridas nas regiões de Porto Alegre, Belo Horizonte, Petrópolis, Recife, Natal, Niterói e Vitória, fato que consolidou a participação da iniciativa privada no setor elétrico brasileiro (SILVEIRA, 2003).

Essa participação da iniciativa privada perdurou até a década de 30 (OLIVEIRA, 2003), quando, segundo Pontes (1998), a entrada de Getúlio Vargas deu início a uma nova era para o Brasil, ocasião em que a estrutura social e política do País sofreu profundas modificações, em especial com a introdução de uma legislação social bastante avançada, a qual teve grandes efeitos no processo de industrialização antes e depois da II Guerra Mundial. Conforme afirma o autor, Getúlio Vargas optou por uma grande intervenção estatal na economia, criando empresas estatais para ocupar o espaço econômico que deveria ser de responsabilidade da iniciativa privada.

Em 1934 o governo Federal editou o decreto nº 24.643, que instituiu o Código de Águas, com o intuito de controlar o uso e definir as regras que regulariam o setor elétrico nacional. Entre outras determinações, o Código de Águas (GONÇALVES JÚNIOR, 2002, p. 84):

- Incorporou ao patrimônio da União a propriedade das quedas d'água, separando-as das terras em que se encontravam;
- Atribuiu à União a competência de outorga ou concessão para aproveitamento de energia elétrica;
- Resguardou os direitos daqueles que já exploravam potenciais hidráulicos para exploração de energia elétrica;
- Adotou o regime de monopólio da exploração dos serviços de eletricidade, mediante a instituição de concessão a ser outorgada por decreto do Presidente da República;
- Subordinou a fiscalização ao Poder Concedente;
- Instituiu os princípios do “serviço pelo custo” e do “lucro limitado e assegurado”;
- E também, deu início a nacionalização dos serviços, restringindo sua concessão a brasileiros ou empresas organizadas no país.

A década de 50 foi um marco na história do setor elétrico brasileiro (CATAPAN, 2001). No Brasil e em vários outros países, o fim da Segunda Guerra trouxe consigo um aumento acelerado da demanda por energia elétrica decorrente do crescimento econômico, época em que o governo e as concessionárias começaram a ter divergências relacionadas à política tarifária, fazendo com que as empresas reduzissem gradativamente seus investimentos na melhoria e expansão da capacidade instalada, desencadeando racionamentos periódicos e a estatização do setor (OLIVEIRA, 2003).

Durante o período de 1950 a 1965, Garcia (2005) relata que foi registrado um crescimento acelerado da economia brasileira, bem como uma expansão significativa da capacidade instalada do setor elétrico. Segundo o autor, essa fase

também foi marcada pela transferência do comando do setor elétrico para a esfera pública.

No modelo pós-guerra o governo federal assumiu o papel de principal agente, controlando a geração e a transmissão de energia, deixando a cargo dos governos estaduais a distribuição (SILVEIRA, 2003).

Em princípio, conforme afirma Silveira (2003), foram efetuados altos investimentos na construção de grandes usinas hidrelétricas, sendo criadas as subsidiárias integrais do sistema Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS), quais sejam: Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), situada em Recife, para atender a Região Nordeste; FURNAS Centrais Elétricas S.A. (FURNAS), no Rio de Janeiro, que atende a Região Sudeste e parte da Região Centro Oeste; Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (ELETROSUL), sediada em Florianópolis, para atender a Região Sul; e a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE), instalada em Brasília, atuando em toda a Região Norte e parte da Região Centro-Oeste. Ainda segundo o autor, o governo criou a ELETROBRÁS com o objetivo de participar da coordenação técnica, administrativa e financeira do setor elétrico, visando centralizar todas as decisões de novos investimentos, desde a captação até a aplicação dos recursos, bem como coordenar a expansão do setor.

De acordo com May (1999), em 1960 foi criado o Ministério das Minas e Energia (MME), pela lei nº 3.782, de 22 de julho, no entanto, sua implantação só ocorreu cinco anos depois, em 1965, quando também foi constituído o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), que tinha sob sua responsabilidade o planejamento, coordenação e execução de estudos hidrológicos em todo o Brasil, a supervisão, fiscalização e gestão das concessões, bem como o controle do aproveitamento de águas e dos serviços de eletricidade no país.

No final da década de 60, a facilidade de captar recursos no exterior elevou a capacidade de endividamento externo das empresas do setor que chegaram a registrar uma participação de 20% do capital estrangeiro sobre todas as suas fontes de recursos (GARCIA, 2005). A possibilidade de novos investimentos, via ELETROBRÁS, com recursos advindos do próprio setor, com baixas taxas de juros e amortizações a longo prazo, marcaram também a década de 70 (SILVEIRA, 2003). Oliveira (2003) destaca dois acontecimentos importantes nesse período: a equalização da tarifa em todo o país e a implantação da Câmara de Compensação

Intra-Setorial, através da qual as empresas mais rentáveis ajudavam financeiramente as deficitárias.

Todas essas mudanças influenciaram, sobremaneira, o desempenho das áreas financeiras de tais empresas, que precisaram munir-se com informações úteis para então tomarem decisões rápidas e seguras, escolhendo a forma mais adequada para captar e aplicar recursos, tendo em vista as características/necessidades das empresas, principalmente, em períodos de instabilidade.

A partir do final da década de 1970 o endividamento externo do setor agravou-se, especialmente, em função do aumento das taxas de juros internacionais e pela manipulação de tarifas como mecanismo de controle da inflação (ABREU, 1999). Os grandes investimentos da década de 70, financiados por recursos oriundos de empréstimos externos, autofinanciamento e empréstimos internos, deram lugar, no fim da década de 70 e ao longo da década 80, a uma grande dificuldade na captação de recursos, com isso, os investimentos setoriais passaram a contar com recursos do Tesouro Nacional (cuja situação fiscal era precária), em complemento ao financiamento interno (OLIVEIRA, 1999).

Na década de 80, além de não haver investimentos significativos no setor de energia elétrica, aqueles que foram realizados deterioraram a saúde financeira das empresas, que tiveram que arcar com um custo financeiro muito alto (BERNARDES e GONÇALVES, 2002).

Diante de tal conjuntura o modelo estatal entrou em declínio, não obstante, Oliveira e Silveira (2002) destacam alguns dos fatores que contribuíram para essa crise, a saber:

- Alto nível de endividamento e impossibilidade de geração de recursos para novos investimentos por parte das concessionárias;
- A ausência da participação do governo federal, deixando de direcionar recursos orçamentários para os investimentos em obras necessárias a fim de atender a crescente demanda de energia;
- Ineficiência apoiada pelo sistema tarifário em que as empresas deficitárias recebiam ajuda financeira das outras empresas; e
- Política de contenção tarifária adotada pelo governo na busca de controlar a inflação.

Garcia (2005) resume, de forma muito apropriada, o cenário vivido pelas empresas do setor elétrico nessa época, ao relatar que havia uma concentração de esforços, das empresas, com o intuito de administrar os constantes *déficits* de caixa, fato que abole a figura do planejamento estratégico desenvolvido durante os anos sessenta. Com isso, mais uma vez, a administração financeira de tais empresas foi desafiada ao lidar com a escassez de recursos e a necessidade de realização de investimentos que garantissem a capacidade produtiva e, conseqüentemente, o seu desempenho, pois as mesmas possuem influência direta na economia nacional, por se tratarem de indústrias de base.

A crise que começou nos anos 80 perdurou até os anos 90, e em 1993 o governo tentou resolvê-la através da Lei nº 8.631, de 4 de março, cujo conteúdo versava sobre a desqualificação das tarifas e a definição de novas regras de funcionamento entre concessionárias e poder concedente o que, entretanto, não conseguiu resolver os problemas financeiros das empresas elétricas, já que as tarifas, naquela época, estavam bastante defasadas e a inflação brasileira apresentava altos índices, restando ao governo, antes de tudo, controlar a inflação, para então resolver os problemas setoriais (SILVEIRA, 2003).

3.2 O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

De acordo com Pinto e Oliveira (2004), as mudanças ocorridas no setor elétrico brasileiro, na verdade, seguem uma tendência mundial, visando aumentar a eficiência do setor, a redução de custos, sobretudo pela inserção da competitividade, fato esse que pode provocar mudanças no papel do Estado, como ocorreu no Brasil.

Essa tendência mundial que assolou o setor elétrico juntamente com a incapacidade do Estado de efetuar investimentos necessários que viabilizasse a integração competitiva da economia brasileira levou o governo a propor uma política de desestatização do Estado, ou seja, o Brasil buscou encontrar um novo padrão de financiamento, que lhe permitisse a retomada do processo de crescimento, por meio da modernização das instituições públicas e econômicas, privatizando as empresas estatais na tentativa de fomentar a economia de mercado (CHAVES, 1999).

De acordo com o BNDES (2000, p.2):

O esgotamento da capacidade de investimentos do setor público para a expansão da infra-estrutura então demandada, levou o Governo a promover uma ampla reestruturação do setor, abrindo, ao capital privado, a concessão para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, até então praticamente restrita a empresas públicas.

Em 1995, foi iniciado o processo de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro (RESEB). Para Silveira (2003), as principais medidas decorrentes desse processo foram:

- a) Proposta de emenda à Constituição Federal, alterando o conceito de empresa brasileira e eliminando as restrições aos investidores estrangeiros de construir usinas hidrelétricas;
- b) Contratação de consultoria internacional de experiência comprovada, com o intuito de reestruturar o setor elétrico;
- c) Aprovação da lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que passou a reger as concessões e permissões de serviço público; e
- d) Aprovação da lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, que regulamentou o novo modelo, criou o Produtor Independente de Energia Elétrica (PIE); instituiu a figura do consumidor (de energia) livre, com permissão de comprar energia da concessionária que lhe oferecesse melhores condições, respeitando os contratos vigentes; fortaleceu o órgão regulador, dando-lhe autonomia administrativa, independência financeira que ganhou o nome para Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); criou um órgão responsável pela operação integrada do sistema elétrico, o Operador Nacional do Sistema (ONS); regulamentou o Mercado Atacadista de Energia (MAE); e segregou a contabilidade em atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, de forma a tornar as informações contábeis mais práticas e transparentes.

De acordo com Pires (2000), a proposta de modelagem de privatização do setor elétrico adotou uma estratégia gradualista, visando reduzir a dívida pública e melhorar a eficiência produtiva, bem como a capacidade de investimento das empresas. Segundo o autor, o governo decidiu, prioritariamente, vender as empresas de distribuição por deduzir que dificilmente conseguiria atrair interessados para as empresas de geração caso não houvesse a perspectiva de um mercado

atacadista privado de energia, onde estariam isentos dos riscos de calote nas transações de venda de energia.

O governo não só privatizou as distribuidoras federais como buscou estimular a venda de distribuidoras estaduais através do Programa de Estímulo às Privatizações Estaduais (PEPE) e, os resultados desses incentivos ocasionaram a privatização de cerca de 65% do mercado nacional de distribuição até meados de 2000 (PIRES, 2000).

Segundo Garcia (2005), o processo de privatização das empresas do setor elétrico brasileiro sofreu algumas críticas dos especialistas, entre elas, os baixos valores obtidos na venda das concessões com relação ao seu valor econômico e a perda de qualidade dos serviços prestados.

Para inserir a competitividade no setor elétrico, o modelo adotado foi fundamentado na desverticalização do sistema que consiste em diferenciar o tratamento destinado às áreas de distribuição e de transmissão de energia elétrica, consideradas áreas monopolistas e com mercado cativo, e as áreas de geração e comercialização de energia (mercados competitivo) (GARCIA, 2005).

Para Sauer (2003), o processo de desverticalização associado às intensas privatizações ocorridas no setor elétrico não apresentaram os resultados esperados, ao contrário, conforme afirma Garcia (2005), ocasionaram uma crise no setor, caracterizada pelo racionamento de 25% de energia elétrica entre os anos de 2001 e 2002.

Diante desta situação, o governo resolveu criar, em maio de 2001, a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (CGCE), que atuou no período de um ano sob a coordenação do ministro-chefe da Casa Civil, com o intuito de propor e implementar medidas que solucionassem a crise do setor, no curto prazo, e criasse condições para o desenvolvimento sustentável do setor elétrico brasileiro (PIRES, GIAMBIAGI e SALES, 2002).

Visando melhorar o cenário do setor elétrico, reuniram-se representantes de vários órgãos governamentais, para constituir o Comitê de Revitalização do Modelo do Setor Elétrico (Resolução nº18, de 22 de junho de 2001) da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (Medida Provisória nº 2.148-1, 22 de maio de 2001), com a missão de encaminhar propostas para corrigir disfuncionalidades presentes e propor aperfeiçoamentos para o modelo setorial (BRUNO, 2003). Contudo, tal câmara foi substituída, em 30 de junho de 2002, pela Câmara de Gestão do Setor

Elétrico, que assumiu a responsabilidade de terminar os estudos relativos à revitalização do setor.

Em 2004 foram realizadas algumas mudanças no marco regulatório do setor elétrico brasileiro. A Lei 10.848/2004 introduziu modificações que trouxeram novas perspectivas ao setor, tendo como objetivo a retomada dos investimentos no segmento de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (ONS, 2004).

O novo marco regulatório foi regulamentado pelo Decreto 5.081/2004 que especifica as providências necessárias para alcançar os objetivos proposto, entre eles, garantir a segurança do suprimento e criar um marco regulatório estável (ONS, 2004).

O setor elétrico busca, mais uma vez, meios para assegurar e atrair investimentos que possibilitem a expansão necessária para o desempenho de suas atividades que são imprescindíveis para o desenvolvimento da economia brasileira.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo são apresentados e analisados os resultados obtidos através da pesquisa realizada com 28 gestores financeiros de empresas do setor elétrico brasileiro com o objetivo de demonstrar o entendimento de tais usuários acerca das características qualitativas das informações contábeis. As análises foram realizadas de acordo com os blocos de perguntas que compõem o questionário, compreendendo assim três grandes grupos de respostas. O primeiro grupo aborda aspectos referentes às empresas participantes da pesquisa; o segundo bloco de questões evidencia os dados dos respondentes; e o terceiro grupo enfoca as características qualitativas das informações contábeis.

Primeiramente, apresenta-se uma análise descritiva dos dados e, em seguida, os resultados obtidos através da aplicação do teste Qui-Quadrado, para as variáveis nominais, e do teste de Correlação de *Spearman*, para as variáveis ordinais, com o objetivo de identificar relações existentes entre os grupos de respostas. Tanto a análise descritiva quanto os testes estatísticos foram realizados com a utilização do *software* SPSS.

4.1 DADOS DAS EMPRESAS

O primeiro bloco de questões evidencia algumas características das empresas pesquisadas, compreendendo o tipo de empresa, o faturamento anual e a região em que estão situadas.

4.1.1 Tipo

A Tabela 1 demonstra as empresas pesquisadas de acordo com o seu tipo.

Tabela 1 – Tipos de Empresas

	Frequência	%	% Acumulado
Pública	1	3,6	3,6
Privada	14	50,0	53,6
Economia Mista	13	46,4	100,0
Total	28	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Analisando os dados constantes na Tabela 1, observa-se uma participação mínima de empresas públicas na pesquisa, representando apenas 3,6% do total. Os outros 96,4% aparecem divididos entre a participação de empresas privadas e empresas de economia mista, que correspondem a 50% e 46,4% do total, respectivamente.

A grande participação de empresas privadas na amostra pesquisada não seria observada antes da década de 90, já que, conforme abordado no capítulo 3, nessa época o Estado ainda detinha a maior parte das empresas do setor elétrico, cenário que foi modificado através do processo de privatização que viabilizou o aumento substancial da participação da iniciativa privada no setor, principalmente no segmento de distribuição, um dos mais atingidos por esse fenômeno.

4.1.2 Faturamento Anual

Esse item evidencia o faturamento anual das empresas do setor elétrico participantes da pesquisa.

Tabela 2 – Faturamento Anual

	Frequência	%	% Acumulado
Até R\$ 100 milhões	1	3,6	3,6
Entre R\$ 100 e R\$ 200 milhões	6	21,4	25,0
Entre R\$ 200 e R\$ 500 milhões	2	7,1	32,1
Entre R\$ 500 e R\$ 700 milhões	5	17,9	50,0
Entre R\$ 700 milhões e R\$ 1 bilhão	1	3,6	53,6
Acima de R\$ 1 bilhão	13	46,4	100,0
Total	28	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com os dados sumarizados na Tabela 2, grande parte das empresas pesquisadas possui faturamento anual acima de R\$ 1 bilhão, equivalendo a 46,4% das respostas. Os outros 53,6% encontram-se distribuídos da seguinte forma: 1 empresa com faturamento até R\$ 100 milhões, 6 empresas que faturam entre R\$ 100 e R\$ 200 milhões, 2 empresas com faturamento entre R\$ 200 e R\$ 500 milhões, 5 empresas que faturam em R\$ 500 e R\$ 700 milhões e 1 empresa com faturamento entre R\$ 700 milhões e R\$ 1 bilhão. Todas as empresas da amostra são de grande porte, já que, de acordo com a classificação do BNDES, que classifica como tal as empresas com receita bruta anual acima de R\$ 60 milhões.

4.1.3 Região

Esse item demonstra as empresas pesquisadas distribuídas de acordo com as regiões em que estão situadas.

Tabela 3 – Região

	Frequência	%	% Acumulado
Norte	5	17,9	17,9
Sudeste	8	28,6	3,6
Nordeste	9	32,1	78,6
Centro-Oeste	1	3,6	82,1
Sul	5	17,9	100,0
Total	28	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Observando os dados da Tabela 3 percebe-se que todas as regiões do país estão contempladas na amostra pesquisada, existindo ao menos 1 empresa representando cada uma delas, como é o caso da região centro-oeste. As maiores participações foram de empresas das regiões nordeste (9) e sudeste (8) com o equivalente 32,1% e 28,6% do total, respectivamente. As 10 empresas restantes estão situadas nas regiões norte e sul, cada uma participando com 5 empresas, o que equivale a 17,9% do total de participantes.

4.2 DADOS DOS GESTORES FINANCEIROS

A análise do segundo bloco de perguntas evidencia o perfil dos gestores financeiros que responderam às questões da pesquisa, abordando-se gênero, idade, função, tempo de experiência, nível de escolaridade e formação acadêmica, com o intuito de obter o perfil do grupo pesquisado.

4.2.1 Gênero

Tabela 4 – Gênero

	Frequência	%	% Acumulado
Masculino	26	92,9	92,9
Feminino	2	7,1	100,0
Total	28	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Com relação ao gênero dos gestores financeiros pesquisados, identificou-se uma participação muito pequena do sexo feminino, já que de um total de 28 respondentes apenas 2 são mulheres, o que corresponde a 7,1% das respostas. Observa-se, portanto, que a grande maioria dos pesquisados são do sexo masculino, atingindo um total de 26 respondentes que corresponde a 92,9% do total. Todos esses dados são apresentados na Tabela 4.

4.2.2 Idade

Tabela 5 – Idade

	Frequência	%	% Acumulado
Entre 36 e 45 anos	12	42,9	42,9
Acima de 45 anos	16	57,1	100,0
Total	28	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 5 evidencia a idade dos gestores financeiros que participaram da pesquisa. De acordo com os dados, 12 gestores possuem entre 36 e 45 anos, o que corresponde a 42,9% das respostas, enquanto que 16, ou seja, mais da metade dos respondentes, possuem idade acima de 45 anos, correspondendo a 57,1% da amostra da pesquisa. Analisando tais dados percebe-se que 100% dos pesquisados apresentam idade acima de 36 anos.

4.2.3 Função

A expressão gestor financeiro é utilizada de forma abrangente, de modo que, dependendo da empresa e do nível do cargo (diretor, superintendente e gerente financeiro), poderá receber várias denominações, por isso, deixou-se um espaço para a inclusão de outros níveis pelo respondente.

Tabela 6 – Função que Exerce na Empresa

	Frequência	%	% Acumulado
Diretor Financeiro	6	21,4	21,4
Superintendente Financeir	4	14,3	35,7
Gerente Financeiro	15	53,6	89,3
Outro	3	10,7	100,0
Total	28	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Analisando a Tabela 6 percebe-se que, dos 28 gestores financeiros pesquisados, 15 exercem a função de gerente financeiro, correspondendo a 53,6% do total, 6 são diretores e 4 são superintendentes financeiros, que representam 21,4% e 14,3% das respostas, respectivamente. Os 3 demais gestores assinalaram a opção “Outro” e especificaram as funções exercidas, a saber: 1 consultor e 2 assistentes financeiros que correspondem a 10,7% do total pesquisado.

4.2.4 Tempo de Experiência Como Gestor Financeiro

Tabela 7 – Tempo de Experiência na Função de Gestor Financeiro

	Frequência	%	% Acumulado
Até 5 anos	8	28,6	28,6
De 6 a 10 anos	12	42,9	71,4
De 11 a 15 anos	2	7,1	78,6
Acima de 15 anos	6	21,4	100,0
Total	28	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao tempo de experiência (Tabela 7) dos respondentes na função de gestor financeiro, 20 dos pesquisados, ou seja, 71,4% possuem experiência de no mínimo 6 anos na função, sendo que, 12 possuem de 6 a 10 anos, 2 possuem de 11 a 15 anos e 6 apresentam experiência acima de 15 anos. Destaca-se ainda que, 8 (28,6%) gestores financeiros, responderam que possuem até 5 anos de experiência desempenhando tal função.

4.2.5 Nível de Escolaridade

Tabela 8 – Nível de Escolaridade

	Frequência	%	% Acumulado
Graduação	8	28,6	28,6
Especialização	15	53,6	82,1
Mestrado	5	17,9	100,0
Total	28	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

O nível de escolaridade dos participantes demonstra que 28,6% (Tabela 8) dos gestores financeiros possuem no mínimo graduação, percentual que corresponde a 8 respostas. Entretanto, o resultado mais expressivo encontra-se entre os respondentes que possuem pós-graduação, que equivale a 71,5% do total, dentre os quais 15 (53,6%) são especialistas e 5 (17,9%) são mestres.

4.2.6 Formação Acadêmica

Conforme evidenciado na Tabela 8, todos dos gestores financeiros pesquisados possuem nível superior, assim sendo, na Tabela 9 são apresentadas as áreas de formação acadêmica dos respondentes.

Tabela 9 – Formação Acadêmica

	Frequência	%	% Acumulado
Administração	3	10,7	10,7
Ciências Contábeis	17	60,7	71,4
Economia	7	25,0	96,4
Outro	1	3,6	100,0
Total	28	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Dos 28 gestores pesquisados, 3 são formados em administração e 7 em economia, o que equivale 35,7% do total. A formação em ciências contábeis é a de maior frequência entre os gestores financeiros participantes, representando 60,7% de todas as respostas. A opção “outro” equivale a 3,6% do total e representa a resposta de 1 gestor que possui formação em engenharia.

Analisando os dados da Tabela 9 é possível concluir que a maioria dos pesquisados apresenta formação em ciências contábeis ou áreas afins, o que pode justificar o nível de conhecimento retratado pelos respondentes sobre contabilidade, conforme demonstrado nos itens a seguir.

4.3 ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A análise do terceiro e último bloco de questões compreende três aspectos. O primeiro consiste em evidenciar o grau de entendimento dos gestores financeiros acerca das características qualitativas, onde tais usuários deveriam responder sobre a presença de cada uma delas nas informações contábeis (demonstrações obrigatórias e relatórios internos/gerenciais) utilizadas em seus processos decisórios, usando uma escala que varia entre **nunca** e **sempre**.

O segundo aspecto é observado quando no caso de respostas diferentes de **sempre**, o respondente deve apontar o(s) fator(es) que, em sua opinião, compromete(m) a presença efetiva de tais características nas informações contábeis usadas. Vale ressaltar que nas tabelas onde são apresentados tais fatores o

percentual válido sempre irá divergir do número total de entrevistados, já que, tais questões só foram respondidas por aqueles que apresentaram respostas diferentes de **sempre**.

O último aspecto observado, versa sobre o grau de importância atribuído pelos respondentes a cada característica elencada, através de uma escala que varia entre “**sem importância**” e “**muito importante**”.

4.3.1 Compreensibilidade

Tabela 10 – Compreensibilidade das Informações Contábeis

	Frequência	%	% Acumulado
Quase Sempre	3	10,7	10,7
Sempre	25	89,3	100,0
Total	28	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a Tabela 10, quando questionados sobre o nível de compreensão das informações contábeis utilizadas, 89,3% dos gestores pesquisados responderam que sempre compreendem tais informações e apenas 10,7% responderam que isso ocorre quase sempre.

Esse resultado sugere que a grande maioria dos pesquisados possui conhecimento em contabilidade, pois, de acordo com a literatura pesquisada, é necessário que o usuário possua um nível mínimo de conhecimento para então compreender e interpretar a informação contábil, o que converge com os resultados evidenciados na Tabela 9, onde constam que 60,7% dos respondentes são formados em ciências contábeis e outros 35,7% são formados em áreas afins.

Tabela 11 – Fatores que Dificultam a Compreensão das Informações Contábeis

	Frequência	%	% Acumulado
Excesso de Informação	2	66,7	66,7
Outro	1	33,4	100,0
Total	3	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Dentre os 3 gestores que responderam que quase sempre compreendem as informações contábeis, 2 (66,7%) atribuíram tal fato ao excesso de informações disponibilizadas e 1 (33,4%) explicou que a compreensibilidade da informação é comprometida pelo plano de contas do setor elétrico brasileiro que é padronizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Tabela 11).

4.3.2 Relevância

A característica da relevância está relacionada à tempestividade, ao valor preditivo, e ao valor como *feedback* da informação contábil. Os itens a seguir demonstram o grau de entendimento dos gestores financeiros acerca de cada um desses atributos, bem como relaciona os fatores que impedem que as informações contábeis utilizadas estejam sempre revestidas de tais características, conforme indicado pelos respondentes.

4.3.2.1 Tempestividade/Oportunidade

A informação tempestiva é aquela que está disponível no momento oportuno para subsidiar a tomada de decisão do usuário. Assim, este item evidencia a opinião dos gestores financeiros sobre a tempestividade das informações contábeis que utilizam.

Tabela 12 – Tempestividade das Informações Contábeis

	Frequência	%	% Acumulado
Pouco	1	3,6	3,6
Quase Sempre	13	46,4	50,0
Sempre	14	50,0	100,0
Total	28	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Dentre os 28 respondentes, apenas 1 (3,6%) afirmou que as informações contábeis utilizadas pouco têm sido disponibilizadas em tempo hábil e 13 (46,4%) responderam que quase sempre tal fato ocorre. Entretanto, 14 (50%) afirmaram que os relatórios e demonstrações contábeis são sempre elaborados de forma oportuna.

Tabela 13 – Fatores que Comprometem a Tempestividade/Oportunidade das Informações Contábeis

	Frequência	%	% Acumulado
Morosidade na Geração	4	28,6	28,6
Dificuldade de Acesso	1	7,1	35,7
Lentidão da Atualização	2	14,3	50,0
Ausência de Sistema Integrado	4	28,6	78,6
Mais de uma Resposta	3	21,4	100,0
Total	14	100,0	

Fonte: elaboração própria.

Conforme evidenciado na Tabela 12, dos pesquisados, 50% responderam que nem sempre as informações contábeis são disponibilizadas em tempo hábil e, de acordo com a Tabela 13, dos gestores que apresentam tal opinião, 4 (28,6%) citam a morosidade na geração das informações como o fator que compromete a tempestividade. O motivo apresentado por outros 4 (28,6%) respondentes foi a ausência de um sistema integrado de informação contábil, enquanto que 3 gestores apresentam outras explicações para o fato, onde 1 (7,1%) associa a dificuldade de acesso devido à complexidade do sistema de informação contábil e 2 (14,3%) apontam a lentidão na atualização de tais informações. Na pesquisa, 3 (21,4%) gestores indicaram mais de um fator que compromete a oportunidade da informação contábil, dentre eles, 1 assinalou a morosidade na geração e na atualização das

informações contábeis, 1 apontou a dificuldade de acesso às informações e ausência de um sistema integrado e o último atribuiu à morosidade na geração das informações e também a ausência de um sistema integrado.

A tempestividade da informação é um fator condicionante para a sua utilidade, pois, conforme observado no capítulo 2, a informação perde o seu significado e a sua influência se não for disponibilizada em tempo hábil. E, é, justamente, em um ambiente dinâmico e incerto que os gestores financeiros têm que tomar decisões de forma ágil e segura, sendo, portanto, necessário contar com informações disponibilizadas no tempo certo.

4.3.2.2 Valor Preditivo

A relevância da informação está relacionada ao seu valor preditivo, ou seja, a capacidade de auxiliar na projeção de perspectivas futuras da empresa, aumentando a probabilidade de prever resultados.

Tabela 14 – Valor Preditivo das Informações Contábeis

	Frequência	%	% Acumulado
Pouco	2	7,1	7,1
Quase Sempre	4	14,3	21,4
Sempre	22	78,6	100,0
Total	28	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Na opinião de 78,6% (Tabela 14) dos gestores financeiros pesquisados, as informações contábeis sempre auxiliam a elaboração de projeções futuras. Entretanto, 21,4% não compartilham da mesma opinião, de forma que 7,1% observam pouco o auxílio das demonstrações e relatórios fornecidos pela contabilidade para projetar perspectivas futuras da empresa e 14,3% observam quase sempre. Os resultados demonstram que na maioria das empresas pesquisadas a contabilidade está conseguindo gerar informações capazes de suprir

uma necessidade tão presente na atividade dos gestores financeiros que é a projeção de perspectivas futuras.

Tabela 15 – Fatores que Comprometem o Valor Preditivo das Informações Contábeis

	Frequência	%	% Acumulado
Relatam Apenas o Passado	5	83,3	83,3
Outro	1	16,7	100,0
Total	6	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Para justificar suas opiniões, 83,3% dos gestores (Tabela 15) alegaram que as informações contábeis relatam apenas o passado, comprometendo, assim, o seu valor preditivo. Já o motivo apresentado por 1 último gestor (16,7%) foi o de que a empresa não utiliza as informações contábeis para tal fim.

4.3.2.3 Valor como *Feedback*

O valor como *feedback* das informações contábeis permite o acompanhamento de decisões tomadas, auxiliando na seleção de ações corretivas quando necessárias. Essa questão objetiva demonstrar a opinião dos respondentes acerca do valor como *feedback* das informações contábeis por eles utilizadas, conforme apresentado na Tabela 16.

Tabela 16 – Valor como *Feedback* das Informações Contábeis

	Frequência	%	% Acumulado
Pouco	4	14,3	14,3
Quase Sempre	3	10,7	25,0
Sempre	21	75,0	100,0
Total	28	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Considerando o entendimento dos gestores pesquisados acerca dessa característica, 75% dos participantes responderam que as informações contábeis sempre permitem acompanhar e corrigir os resultados de uma decisão, enquanto que os demais gestores responderam que pouco (14,3%) e quase sempre (10,7%) observam tal fato.

Tabela 17 – Fatores que Comprometem o Valor como *Feedback* das Informações Contábeis

	Frequência	%	% Acumulado
Não Utilizadas Com Tal Finalidade	4	57,1	57,1
Não Existe Acompanhamento	2	28,6	85,7
Outro	1	14,3	100,0
Total	7	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Para os 7 gestores que apresentaram resposta diferente de sempre, 57,6% responderam que nas empresas em que trabalham as informações contábeis não são utilizadas com esse fim. 1 gestor explicou sua resposta alegando que a contabilidade não é única fonte de informações para o acompanhamento de decisões e outros 28,6% indicaram que não existe acompanhamento das decisões tomadas nas organizações em que trabalham.

Observa-se, portanto, que não é a informação contábil disponibilizada que não permite acompanhar e corrigir decisões, e sim as empresas que não a utilizam para tal fim ou não acompanham as decisões tomadas, fato esse que surpreende, principalmente, em se tratando de gestores financeiros, cujas decisões estão relacionadas à saúde financeira das empresas e que exigem um acompanhamento constante.

4.3.3 Confiabilidade

Neste item da pesquisa é analisado o entendimento dos gestores financeiros quanto à característica da confiabilidade, que é observada através da representação fiel da informação, da prevalência da essência sobre a forma, bem como da

neutralidade, prudência e verificabilidade das informações advindas da contabilidade.

4.3.3.1 Representação Fiel

Neste item são analisadas as respostas apresentadas pelos gestores financeiros quando questionados se as informações contábeis que utilizam representam fielmente as transações e eventos ocorridos.

Tabela 18 – Representação Fiel das Transações e Eventos pelas Informações Contábeis

	Frequência	%	% Acumulado
Quase Sempre	8	28,6	28,6
Sempre	20	71,4	100,0
Total	28	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Conforme observado na Tabela 18, os respondentes, em sua maioria (71,4%), afirmaram que as informações contábeis são sempre fiéis ao representarem as transações e eventos ocorridos. Contudo, 28,6% dos respondentes divergem de tal opinião e relatam que tal característica é observada quase sempre nas informações utilizadas, devido aos motivos analisados a seguir (Tabela 19).

Tabela 19 – Fatores que Dificultam a Representação Fiel das Transações e Eventos pelas Informações Contábeis

	Frequência	%	% Acumulado
Não Consideram a Perda do Valor da Moeda	1	12,5	12,5
Dificuldade de Mensurar	4	50,0	62,5
Dificuldade de Identificar	1	12,5	75,0
Outro	1	12,5	87,5
Mais de uma Resposta	1	12,5	100,0
Total	8	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Ao apontarem os fatores que dificultam a observação da fidelidade de representação nas informações contábeis, os gestores apresentaram respostas bem variadas, onde 1 (12,5%) opinou que tal fato ocorre pois as informações contábeis não consideram a perda do valor da moeda; 4 (50%) responderam que isso se deve a dificuldade de mensurar algumas transações ou eventos; 1 (12,5%) alegou que existe dificuldade de identificar algumas transações ou eventos; 1 (12,5%), utilizando a opção *outro*, acrescentou que essa dificuldade decorre da complexidade de algumas transações; e para um último gestor (12,5%) tanto a não consideração da perda do valor da moeda quanto a dificuldade de mensurar algumas transações e eventos são motivos para que as informações contábeis nem sempre representem fielmente aquilo que desejam evidenciar.

Depreende-se que, de uma forma geral, a contabilidade está conseguindo representar fielmente os eventos e transações, mas que ainda tem que alguns entraves como a mensuração de alguns eventos.

4.3.3.2 *Essência Sobre a Forma*

A elaboração das informações contábeis deve ser realizada observando a prevalência da essência sobre a forma, ou seja, a essência econômica do evento ou transação deve ser considerada, ainda que se apresente diferente da forma estabelecida legalmente. Assim sendo, esta seção apresenta as respostas dos

gestores financeiros sobre a observação de tal característica nas informações por eles utilizadas.

Tabela 20 – Prevalência da Essência sobre a Forma nas Informações Contábeis

	Frequência	%	% Acumulado
Nunca	1	3,6	3,6
Pouco	3	10,7	14,3
Quase Sempre	7	25,0	39,3
Sempre	17	60,7	100,0
Total	28	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a Tabela 20, mais da metade (60,7%) dos gestores financeiros responderam que as informações contábeis sempre consideram a essência econômica dos eventos mesmo que esta diferencie da forma legal estabelecida. Os outros 39,3% apresentam-se divididos da seguinte forma: 25% responderam quase sempre, 10,7% responderam pouco e apenas 1 (3,6%) gestor respondeu que as informações contábeis nunca apresentam tal característica.

Os fatores que levaram esses 39,3% a apresentarem respostas diferentes de *sempre*, encontram-se sintetizados na Tabela 21 e serão analisados a seguir.

Tabela 21 – Fatores que Dificultam a Prevalência da Essência sobre a Forma nas Informações Contábeis

	Frequência	%	% Acumulado
Dificuldade de Mensurar	4	36,4	36,4
Enfoque Exclusivo nas Obrigações Legais	5	45,5	81,9
Outro	2	18,1	100,0
Total	11	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Dos 11 gestores (Tabela 21), 4 (36,4%) alegaram que a dificuldade de mensurar certas transações e eventos prejudica a prevalência da essência sobre a forma nas informações contábeis. Outros 5 (45,5%) apontaram o enfoque intenso no cumprimento das obrigações legais como um entrave para tal característica. E os

demais 18,1% apresentaram como fator impeditivo o plano de contas da ANEEL, já que as empresas do setor elétrico não podem realizar qualquer tipo de operação sem a anuência do referido órgão.

Observa-se que na maioria das empresas pesquisadas a essência sempre prevalece o que consiste em um aspecto bastante positivo, já que, conforme relatado por um dos respondentes, trata-se de um setor que possui um forte aspecto legal.

4.3.3.3 Neutralidade

A análise deste item permite evidenciar o grau de entendimento dos gestores financeiros acerca da neutralidade da informação contábil, característica que garante a elaboração de uma informação livre de vieses e tendências.

Tabela 22 – Neutralidade das Informações Contábeis

	Frequência	%	% Acumulado
Pouco	1	3,6	3,6
Quase Sempre	7	25,0	28,6
Sempre	20	71,4	100,0
Total	28	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 22 mostra que na opinião de 71,4% dos respondentes a neutralidade é uma característica sempre presente nas informações contábeis que utilizam. Enquanto que 28,6% dos gestores responderam que tais informações quase sempre (25%) e poucas vezes (3,6%) se apresentam neutras, em decorrência dos fatores demonstrados na Tabela 23.

Tabela 23 – Fatores que Comprometem a Neutralidade das Informações Contábeis

	Frequência	%	% Acumulado
Forte Aspecto Legal	4	57,1	57,1
Foco Exclusivo no Passado	1	14,3	71,4
Mais de uma Resposta	2	28,6	100,0
Total	7	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Os dados mostram que 71,4% dos gestores financeiros atribuíram suas respostas ao forte aspecto legal (57,1%) presente nas informações contábeis e ao seu foco exclusivo no passado (14,3%). Os demais 28,6% responderam que o forte aspecto legal juntamente com a avaliação subjetiva dos fatos e julgamento pessoal do mensurador são fatores que comprometem a neutralidade das informações contábeis. Esta última observação é ratificada por Atkinson et al. (2000) quando enunciam que a informação nunca é neutra, já que o simples ato de medir e informar afeta os indivíduos envolvidos.

4.3.3.4 *Prudência*

Em algumas situações de incertezas faz-se necessária a formulação de estimativas para elaboração das informações contábeis, por isso, é importante que o contador adote certa dose de cautela, ou seja, utilize a prudência, ao constituir tais estimativas.

Esta parte da análise demonstra as respostas dos gestores financeiros quando questionados sobre o grau de entendimento acerca do atributo da prudência, com base nas informações contábeis utilizadas.

Tabela 24 – Prudência na Elaboração das Informações Contábeis

	Frequência	%	% Válido	% Acumulado
Quase Sempre	3	10,7	11,1	11,1
Sempre	24	85,7	88,9	100,0
Total de Respostas	27	96,4	100,0	
Não Responderam	1	3,6		
Total de Gestores	28	100,0		

Fonte: Elaboração própria.

Observando os resultados constantes na Tabela 24 percebe-se que 1 gestor não respondeu a tal questão. Para 88,9% dos demais respondentes, em caso de incerteza na mensuração de ativos, receitas, passivos ou despesas, a elaboração de estimativas é sempre realizada com prudência. Já na opinião de 11,1% dos respondentes tal fato ocorre quase sempre.

Tabela 25 – Fatores que Dificultam o Uso da Prudência na Elaboração das Informações Contábeis

	Frequência	%	% Acumulado
Dificuldade na Identificação	3	100,0	100,0
Total	3	100,00	

Fonte: Elaboração própria.

Quando foram solicitados a explicitar os motivos que os levaram a dar respostas diferentes de *sempre*, todos os 3 (100%) gestores apontaram o mesmo fator: a dificuldade de identificação de elementos que viabilizem a elaboração de estimativas prudentes, conforme registrado na Tabela 25.

Conforme citado no Referencial Teórico, as situações de incertezas fazem parte da contabilidade, de forma que essa dificuldade apontada pelos gestores se constitui em um desafio na elaboração da informação contábil, tendo em vista que ao buscar representar de forma fiel os eventos e transações, retratando-os da melhor forma possível, a contabilidade deve ter cautela ao formular estimativas, de modo que sejam condizentes com a essência do que se deseja evidenciar.

4.3.3.5 Verificabilidade

A verificabilidade permite que diferentes profissionais certifiquem que a informação contábil evidenciada corresponde aos fatos que representa. Assim sendo, a Tabela 26 traz as respostas dos gestores financeiros quando questionados sobre o grau de entendimento da verificabilidade nas demonstrações e relatórios contábeis por eles utilizadas.

Tabela 26 – Verificabilidade das Informações Contábeis

	Frequência	%	% Acumulado
Quase Sempre	2	7,1	7,1
Sempre	26	92,9	100,0
Total	28	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

As respostas indicam que quase o total dos gestores participantes (92,9%) respondeu que as informações contábeis são sempre passíveis de verificação, de modo que apenas 7,1% afirmaram que tal fato ocorre quase sempre. Este resultado pode ser justificado, pois, afora o aspecto normativo comumente presente na contabilidade, o setor elétrico conta ainda com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (MCSPEE), que foi revisado em 2001, e conforme relata Silveira (2003, p. 76), “[...] é realmente um referencial de consulta e pesquisa para que o registro contábil se reverta de todas as formalidades técnicas e legais possíveis, contemplando inclusive alguns aspectos das normas internacionais de contabilidade”.

Tabela 27 – Fatores que Dificultam a Verificabilidade das Informações Contábeis

	Frequência	%	% Acumulado
Dificuldade de Compreender	2	100,0	100,0
Total	2	100,00	

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 27 evidencia que 100% dos gestores que responderam que quase sempre as informações contábeis são verificáveis, justificam tal fato devido a dificuldade de compreender procedimentos relativos aos métodos de mensuração adotados.

4.3.4 Comparabilidade

A comparabilidade é a característica da informação que permite confrontar o desempenho da empresa em períodos distintos, bem como com outras organizações. Assim sendo, este item apresenta a visão dos gestores financeiros sobre a comparabilidade das informações contábeis utilizadas na sua tomada de decisão.

Tabela 28 – Comparabilidade das Informações Contábeis

	Frequência	%	% Acumulado
Pouco	1	3,6	3,6
Quase Sempre	7	25,0	28,6
Sempre	20	71,4	100,0
Total	28	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

A análise da Tabela 28 permite observar que para 20 pesquisados, que correspondem a 71,4% do total, as informações contábeis utilizadas estão sempre revestidas de comparabilidade. Os demais gestores apresentam opiniões diferentes, de forma que 7 (25%) responderam que quase sempre as informações permitem comparações e 1 (3,6%) argumentou que essa característica pouco é observada nas informações contábeis usadas.

Essa é uma característica que permite ao gestor financeiro analisar, por exemplo, a *performance* financeira da empresa ao longo de períodos ou compará-la com outras empresas do mesmo setor. Entretanto, tal característica pode ser comprometida em virtude de alguns fatores, conforme observam alguns gestores pesquisados (Tabela 29).

Tabela 29 – Fatores que Dificultam a Comparabilidade das Informações Contábeis

	Frequência	%	% Acumulado
Dificuldade de Acesso	3	37,5	37,5
Dados Históricos indisponíveis	1	12,5	50,0
Mudanças nos Critérios de Mensuração	3	37,5	87,5
Outro	1	12,5	100,0
Total	8	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Na opinião dos participantes que apresentaram respostas diferentes de sempre, os fatores que dificultam a observação do atributo da comparabilidade nas informações contábeis são: dificuldade de acesso aos dados de outras empresas do setor (37,5%); indisponibilização dos dados históricos pela empresa (12,5%); mudanças de critérios de mensuração entre períodos (37,5%); e a utilização de critérios diferentes entre empresas (3,6%).

Nota-se que a característica da comparabilidade enfrenta alguns entraves que impedem ou dificultam que os dados sejam comparados, onde as próprias empresas do setor, por não disponibilizarem ou não divulgarem dados históricos acabam comprometendo essa qualidade da informação contábil.

4.3.5 Grau de Importância das Características Qualitativas das Informações Contábeis

Os itens a seguir evidenciam o grau de importância atribuído pelos gestores financeiros pesquisados a cada característica qualitativa da informação contábil, quais sejam: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.

4.3.5.1 *Compreensibilidade*

Tabela 30 – Grau de Importância Atribuído à Compreensibilidade das Informações Contábeis

	Frequência	%	% Acumulado
Importante	4	14,3	14,3
Muito Importante	24	85,7	100,0
Total	28	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao grau de importância atribuído pelos respondentes à compreensibilidade, 85,7% afirmaram que tal característica é muito importante e 14,3% consideram-na importante, conforme demonstrado na Tabela 30.

4.3.5.2 Relevância

Tabela 31 – Grau de Importância Atribuído à Relevância das Informações Contábeis

	Frequência	%	% Acumulado
Neutro	1	3,6	3,6
Importante	6	21,4	25,0
Muito Importante	21	75,0	100,0
Total	28	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a Tabela 31, quando questionados acerca do grau de importância atribuído à relevância da informação, 75% dos pesquisados responderam que é uma característica muito importante, 21,4% a consideram importante e apenas 1 gestor se mostrou neutro.

4.3.5.3 Confiabilidade

Tabela 32 – Grau de Importância Atribuído à Confiabilidade das Informações Contábeis

	Frequência	%	% Acumulado
Importante	1	3,6	3,6
Muito Importante	27	96,4	100,0
Total	28	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Os dados da Tabela 32 revelam que 96,4% dos gestores financeiros consideram a confiabilidade uma característica muito importante a ser observada nas informações contábeis e apenas 3,6% consideram-na importante.

4.3.5.4 Comparabilidade

Tabela 33 – Grau de Importância Atribuído à Comparabilidade das Informações Contábeis

	Frequência	%	% Acumulado
Neutro	1	3,6	3,6
Importante	9	32,1	35,7
Muito Importante	18	64,3	100,0
Total	28	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

No que tange o grau de importância atribuído à comparabilidade, a Tabela 33 demonstra que a maioria (64,3%) dos respondentes entendem que tal característica é muito importante, 32,1% que a consideram importante e apenas 1 (3,6%) gestor mostrou-se neutro a tal questão.

4.3.5.5 Resumo do Grau de Importância das Características Qualitativas

Tabela 34 – Resumo do Grau de Importância das Características Qualitativas

	Compreensibilidade	Relevância	Confiabilidade	Comparabilidade
% Neutro	-	3,6	-	3,6
% Importante	14,3	21,4	3,6	32,1
% Muito Importante	85,7	75,0	96,4	64,3
% Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 34 resume as respostas dos gestores quanto ao grau de importância atribuído a cada característica qualitativa da informação contábil. Através da análise dos dados observa-se que todas as características foram consideradas muito importantes pela maioria dos pesquisados. Entretanto, é possível criar um *ranking* dentre as características qualitativas observando apenas o mais alto grau de importância atribuído (muito importante).

O atributo da confiabilidade ocupou o primeiro lugar, sendo considerado muito importante por 96,4% dos respondentes. O mesmo grau de importância foi atribuído à compreensibilidade por 85,7% dos pesquisados, constituindo o segundo lugar. O terceiro lugar é ocupado pela relevância da informação contábil, de modo que 75% do total de respostas consideram-na muito importante e o quarto lugar ficou com o atributo da comparabilidade que obteve o grau máximo de importância atribuído por 64,3% dos respondentes.

Apesar dos altos percentuais alcançados por todas as características, percebe-se que é praticamente unânime entre os respondentes, a importância atribuída à utilização de informações contábeis revestidas de confiabilidade.

4.4 APLICAÇÃO DOS TESTES ESTATÍSTICOS NAS CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Com o intuito de identificar associações entre as variáveis da pesquisa foram aplicados testes estatísticos não paramétricos cujos resultados serão analisados nos itens seguintes. Para tanto foram utilizados os testes Qui-quadrado, para as variáveis nominais e o teste de correlação de *Spearman*, para as variáveis ordinais, com um nível de significância de 0,05.

No primeiro momento são testadas as hipóteses de pesquisa, buscando evidenciar se o grau de entendimento dos gestores financeiros depende ou está associado ao seu tempo de experiência em tal função (1ª Hipótese) ou ainda com a sua área de formação acadêmica (2ª Hipótese).

Na segunda parte da análise são demonstrados os resultados dos testes realizados com as demais variáveis visando aprofundar o estudo e dar suporte as hipóteses de pesquisa buscando também identificar a existência de dependência entre o grau de entendimento do gestor financeiro quanto às características qualitativas das informações contábeis e as variáveis que representam os dados da empresa e as demais variáveis relacionadas ao gestor financeiro.

4.4.1 Análise das Hipóteses de Pesquisa

A primeira hipótese formulada com base no problema de pesquisa foi a seguinte:

H₀: O grau de entendimento quanto às características qualitativas das informações contábeis dos gestores financeiros de empresas do setor elétrico brasileiro **não está** relacionado com o seu tempo de experiência nessa função.

H₁: O grau de entendimento quanto às características qualitativas das informações contábeis dos gestores financeiros de empresas do setor elétrico brasileiro **está** relacionado com o seu tempo de experiência nessa função.

Para testá-la foi utilizado o teste de Correlação de *Spearman*, já que a variável tempo de experiência é uma variável ordinal. O nível de significância admitido é de 0,05.

Tabela 35 – Grau de Entendimento quanto às Características Qualitativas x Tempo de Experiência como Gestor Financeiro

Características Qualitativas x Tempo de Experiência	Teste Estatístico		Análise (1)
	Correlação <i>Spearman</i>	Significância	
Compreensibilidade	0,152	0,441	NS
Tempestividade	0,374	0,050	*
Valor Preditivo	0,225	0,250	NS
Valor como <i>Feedback</i>	0,394	0,038	*
Representação Fiel	0,176	0,369	NS
Essência sobre a Forma	0,239	0,221	NS
Neutralidade	0,109	0,581	NS
Prudência	0,304	0,124	NS
Verificabilidade	0,364	0,057	NS
Comparabilidade	0,189	0,335	NS

Fonte: Elaboração própria.

(1) – Nesta coluna, assinalam-se as associações, onde NS e * representam Não Significante e significância de 5%, respectivamente.

Através dos resultados apresentados na Tabela 35 é possível verificar que, em grande parte dos casos, não existiu associação entre o grau de entendimento quanto às características qualitativas e o tempo de experiência do gestor financeiro. Nesses casos, a hipótese nula não é rejeitada e com isso não se pode afirmar que existe relação entre essas variáveis.

As exceções ocorreram com as características da tempestividade (0,050) e do valor como *feedback* (0,038) que apresentaram valor crítico abaixo do nível de significância adotado na pesquisa (0,05), ocasionando a rejeição da hipótese nula e a confirmação de que existe dependência entre o grau de entendimento dos gestores quanto às características qualitativas e o tempo de experiência que possui nessa função.

A segunda hipótese formulada contempla a variável área de formação acadêmica, a saber:

H₀: O grau de entendimento quanto às características qualitativas das informações contábeis pelos gestores financeiros de empresas do setor elétrico brasileiro **não está** relacionado com a sua área de formação acadêmica.

H₁: O grau de entendimento quanto às características qualitativas das informações contábeis pelos gestores financeiros de empresas do setor elétrico brasileiro **está** relacionado com a sua área de formação acadêmica.

O teste adotado para esta hipótese foi o Qui-Quadrado, já que a variável área de formação acadêmica é nominal e os resultados encontram-se evidenciados na Tabela 36.

Tabela 36 – Grau de Entendimento quanto às Características Qualitativas x Área de Formação Acadêmica

Características Qualitativas Formação Acadêmica	Teste Estatístico		
	Qui-quadrado	Significância	Análise (1)
Compreensibilidade	2,584	0,460	NS
Tempestividade	7,951	0,242	NS
Valor Preditivo	5,387	0,495	NS
Valor como <i>Feedback</i>	3,886	0,692	NS
Representação Fiel	5,545	0,136	NS
Essência sobre a Forma	14,859	0,095	NS
Neutralidade	3,913	0,689	NS
Prudência	2,320	0,509	NS
Verificabilidade	5,026	0,170	NS
Comparabilidade	6,272	0,393	NS

Fonte: Elaboração própria.

(1) – Nesta coluna, assinalam-se as associações, onde NS e * representam Não Significante e significância de 5%, respectivamente.

Os resultados do teste estatístico indicam que o grau de entendimento dos gestores quanto às características qualitativas da informação contábil não está associado à sua área de formação acadêmica. Nesse sentido, considerando um

nível de significância de 0,05, não foi constatada nenhuma associação entre as variáveis testadas.

4.4.2 Grau de Entendimento Quanto às Características Qualitativas das Informações Contábeis x Demais Variáveis

Foram realizados testes estatísticos com todas as demais variáveis da pesquisa, mais uma vez, buscando identificar a dependência ou associação entre elas. Assim sendo, foram utilizados os mesmos testes adotados para testar as hipóteses da pesquisa, também a um nível de significância de 5%.

As respostas referentes ao entendimento dos gestores financeiros acerca de cada uma das características qualitativas foram testadas com as variáveis referentes aos dados da empresa (tipo, faturamento anual e região em que está situada) e com os demais dados dos gestores financeiros (gênero, idade, função e nível de escolaridade), conforme observado a partir da Tabela 37.

4.4.2.1 Compreensibilidade

Tabela 37 – Compreensibilidade x Dados da Empresa

Compreensibilidade x Dados da Empresa	Testes Estatísticos				Análise (1)
	Qui- quadrado	Significância	Correlação <i>Spearman</i>	Significância	
Tipo de Empresa	3,360	0,186	-	-	NS
Faturamento Anual	-	-	-0,137	0,488	NS
Região	1,199	0,878	-	-	NS

Fonte: Elaboração própria.

(1) – Nesta coluna, assinalam-se as associações, onde NS e * representam Não Significante e significância de 5%, respectivamente.

Os resultados obtidos através dos testes não paramétricos indicam que o grau de entendimento dos gestores pesquisados quanto à compreensibilidade não

está associado ao tipo de empresa, ao faturamento anual ou à região em que está situada. Em todos os casos o nível de significância adotado na pesquisa (5%) foi excedido, conforme demonstrado na Tabela 37.

Tabela 38 – Compreensibilidade x Demais Dados dos Gestores

Compreensibilidade x Demais Dados dos Gestores	Testes Estatísticos				Análise (1)
	Qui- quadrado	Significância	Correlação <i>Spearman</i>	Significância	
Gênero	0,258	0,611	-	-	NS
Idade	0,778	0,378	-	-	NS
Função	2,912	0,405	-	-	NS
Nível de Escolaridade	-	-	0,111	0,575	NS

Fonte: Elaboração própria.

(1) – Nesta coluna, assinalam-se as associações, onde NS e * representam Não Significante e significância de 5%, respectivamente.

Através da Tabela 38 é possível comprovar que as variáveis gênero, idade, função e nível de escolaridade não apresentaram nenhuma associação com o grau de entendimento dos gestores com relação ao atributo da compreensibilidade.

4.4.2.2 Relevância

Os testes de *Spearman* e o Qui-Quadrado também foram utilizados para testar cada atributo que compõe a relevância da informação contábil, ou seja, tempestividade, valor preditivo e valor como *feedback*.

a) Tempestividade

Tabela 39 – Tempestividade x Dados da Empresa

Tempestividade x Dados da Empresa	Testes Estatísticos				Análise (1)
	Qui- quadrado	Significância	Correlação <i>Spearman</i>	Significância	
Tipo de Empresa	7,706	0,103	-	-	NS
Faturamento Anual	-	-	-0,235	0,228	NS
Região	7,015	0,535	-	-	NS

Fonte: Elaboração própria.

(1) – Nesta coluna, assinalam-se as associações, onde NS e * representam Não Significante e significância de 5%, respectivamente.

Quanto à tempestividade, as variáveis tipo de empresa (0,103), faturamento anual (0,228) e região (0,535) apresentaram níveis críticos acima daquele adotado na presente pesquisa (5%), demonstrando que tal variável não está associada com aquelas que representam os dados da empresa.

Tabela 40 – Tempestividade x Demais Dados dos Gestores

Tempestividade x Demais Dados dos Gestores	Testes Estatísticos				Análise (1)
	Qui- quadrado	Significância	Correlação <i>Spearman</i>	Significância	
Gênero	2,154	0,341	-	-	NS
Idade	3,141	0,208	-	-	NS
Função	3,223	0,780	-	-	NS
Nível de Escolaridade	-	-	-0,304	0,115	NS

Fonte: Elaboração própria.

(1) – Nesta coluna, assinalam-se as associações, onde NS e * representam Não Significante e significância de 5%, respectivamente.

Os testes com os dados dos gestores financeiros repetem o mesmo resultado apresentado com os dados da empresa, ou seja, que não há comprovação de associação entre as variáveis testadas.

b) Valor Preditivo

Tabela 41 – Valor Preditivo x Dados da Empresa

Valor Preditivo x Dados da Empresa	Testes Estatísticos				Análise (1)
	Qui- quadrado	Significância	Correlação <i>Spearman</i>	Significância	
Tipo de Empresa	10,727	0,030	-	-	*
Faturamento Anual	-	-	-0,125	0,526	NS
Região	9,279	0,319	-	-	NS

Fonte: Elaboração própria.

(1) – Nesta coluna, assinalam-se as associações, onde NS e * representam Não Significante e significância de 5%, respectivamente.

Para este grupo de variáveis foi constatado que o grau de entendimento do gestor quanto ao valor preditivo da informação contábil está associado ao tipo de empresa. O resultado apresentado por esta variável ficou abaixo do nível de significância de 5%. As demais variáveis se apresentaram não significantes.

Tabela 42 – Valor Preditivo x Demais Dados dos Gestores

Valor Preditivo x Demais Dados dos Gestores	Testes Estatísticos				Análise (1)
	Qui- quadrado	Significância	Correlação <i>Spearman</i>	Significância	
Gênero	0,587	0,745	-	-	NS
Idade	0,159	0,924	-	-	NS
Função	2,768	0,837	-	-	NS
Nível de Escolaridade	-	-	-0,171	0,385	NS

Fonte: Elaboração própria.

(1) – Nesta coluna, assinalam-se as associações, onde NS e * representam Não Significante e significância de 5%, respectivamente.

Mais uma vez os resultados não demonstram nenhuma associação entre os dados dos gestores e o seu grau de entendimento acerca das características qualitativas das informações contábeis (Tabela 42).

c) Valor como *Feedback*

Tabela 43 – Valor como *Feedback* x Dados da Empresa

Valor como <i>Feedback</i> x Dados da Empresa	Testes Estatísticos				Análise (1)
	Qui-quadrado	Significância	Correlação <i>Spearman</i>	Significância	
Tipo de Empresa	0,652	0,957	-	-	NS
Faturamento Anual	-	-	-0,103	0,601	NS
Região	10,708	0,219	-	-	NS

Fonte: Elaboração própria.

(1) – Nesta coluna, assinalam-se as associações, onde NS e * representam Não Significante e significância de 5%, respectivamente.

Os testes não paramétricos indicam que o grau de entendimento dos gestores pesquisados quanto ao valor como *feedback* da informação contábil não está associado ao tipo de empresa, ao seu faturamento anual ou à região em que está situada. Todas as variáveis excederam o nível de significância adotado na pesquisa (0,05), conforme demonstrado na Tabela 43.

Tabela 44 – Valor como *Feedback* x Demais Dados dos Gestores

Valor como <i>Feedback</i> x Demais Dados dos Gestores	Testes Estatísticos				Análise (1)
	Qui-quadrado	Significância	Correlação <i>Spearman</i>	Significância	
Gênero	0,718	0,698	-	-	NS
Idade	1,993	0,369	-	-	NS
Função	3,011	0,807	-	-	NS
Nível de Escolaridade	-	-	-0,052	0,792	NS

Fonte: Elaboração própria.

(1) – Nesta coluna, assinalam-se as associações, onde NS e * representam Não Significante e significância de 5%, respectivamente.

Seguindo a linha de respostas das variáveis anteriores, também não foi constatada associação entre o grau de entendimento do gestor quanto ao valor como *feedback* e o seu gênero, idade, função e nível de escolaridade. Os valores que confirmam tal afirmação estão evidenciados na Tabela 44.

4.4.2.3 Confiabilidade

Conforme abordado no capítulo 2, a confiabilidade da informação contábil está atrelada aos atributos da representação fiel, prevalência da essência sobre a forma, neutralidade, prudência e verificabilidade. Assim sendo, foram realizados testes entre cada um deles, os dados da empresa e os dados dos gestores, com o intuito de verificar a existência ou não de uma relação entre tais variáveis.

a) Representação Fiel

Tabela 45 – Representação Fiel x Dados da Empresa

Representação Fiel x Dados da Empresa	Testes Estatísticos				Análise (1)
	Qui- quadrado	Significância	Correlação <i>Spearman</i>	Significância	
Tipo de Empresa	0,942	0,624	-	-	NS
Faturamento Anual	-	-	0,052	0,793	NS
Região	10,850	0,028	-	-	*

Fonte: Elaboração própria.

(1) – Nesta coluna, assinalam-se as associações, onde NS e * representam Não Significante e significância de 5%, respectivamente.

Através das informações constantes na Tabela 45, observa-se que a variável região apresenta um resultado (0,028) abaixo do nível de significância adotado na pesquisa (0,05), comprovando, então, a associação entre tal variável e o grau de entendimento dos gestores quanto à representação fiel da informação contábil. No caso das demais variáveis (tipo de empresa e faturamento anual) o resultado não apresentou nenhuma associação envolvendo-as.

Tabela 46 – Representação Fiel x Demais Dados dos Gestores

Representação Fiel x Demais Dados dos Gestores	Testes Estatísticos				Análise (1)
	Qui- quadrado	Significância	Correlação <i>Spearman</i>	Significância	
Gênero	5,385	0,020	-	-	*
Idade	0,131	0,717	-	-	NS
Função	1,458	0,692	-	-	NS
Nível de Escolaridade	-	-	-0,097	0,622	NS

Fonte: Elaboração própria.

(1) – Nesta coluna, assinalam-se as associações, onde NS e * representam Não Significante e significância de 5%, respectivamente.

De acordo com a Tabela 46, constatou-se que o grau de entendimento dos gestores financeiros quanto à característica da representação fiel está associado ao seu gênero. Tal variável apresentou um resultado significante de 2% ficando abaixo daquele admitido pela pesquisa (5%). No caso das variáveis idade, função e nível de escolaridade os resultados mostram que não há associação entre elas e o grau de entendimento da característica em análise.

b) Essência Sobre a Forma

Tabela 47 - Essência Sobre a Forma x Dados da Empresa

Essência Sobre a Forma x Dados da Empresa	Testes Estatísticos				Análise (1)
	Qui-quadrado	Significância	Correlação Spearman	Significância	
Tipo de Empresa	2,164	0,904	-	-	NS
Faturamento Anual	-	-	-0,208	0,289	NS
Região	11,267	0,506	-	-	NS

Fonte: Elaboração própria.

(1) – Nesta coluna, assinalam-se as associações, onde NS e * representam Não Significante e significância de 5%, respectivamente.

Com relação à característica da essência sobre a forma, os resultados de todas as variáveis excederam o nível de 0,05. Com isso, constatou-se que o grau de entendimento no tocante à prevalência da essência sobre a forma independe do tipo de empresa, faturamento anual ou região em que está localizada (Tabela 47).

Tabela 48 - Essência Sobre a Forma x Demais Dados dos Gestores

Essência Sobre a Forma x Demais Dados dos Gestores	Testes Estatísticos				Análise (1)
	Qui-quadrado	Significância	Correlação Spearman	Significância	
Gênero	1,394	0,707	-	-	NS
Idade	0,984	0,805	-	-	NS
Função	13,182	0,155	-	-	NS
Nível de Escolaridade	-	-	-0,293	0,130	NS

Fonte: Elaboração própria.

(1) – Nesta coluna, assinalam-se as associações, onde NS e * representam Não Significante e significância de 5%, respectivamente.

Seguindo a tendência da maior parte das variáveis testadas, os resultados não observaram associação entre o gênero, idade, função e nível de escolaridade e o grau de entendimento dos gestores acerca da essência sobre a forma, conforme (Tabela 48).

c) Neutralidade

Tabela 49 – Neutralidade x Dados da Empresa

Neutralidade x Dados da Empresa	Testes Estatísticos				Análise (1)
	Qui- quadrado	Significância	Correlação <i>Spearman</i>	Significância	
Tipo de Empresa	4,318	0,365	-	-	NS
Faturamento Anual	-	-	-0,286	0,140	NS
Região	6,460	0,596	-	-	NS

Fonte: Elaboração própria.

(1) – Nesta coluna, assinalam-se as associações, onde NS e * representam Não Significante e significância de 5%, respectivamente.

Os resultados dos testes Qui-Quadrado e *Spearman*, constantes na Tabela 49, indicam que o grau de entendimento dos gestores quanto à característica da neutralidade independe dos dados da empresa.

Tabela 50 – Neutralidade x Demais Dados dos Gestores

Neutralidade x Demais Dados dos Gestores	Testes Estatísticos				Análise (1)
	Qui- quadrado	Significância	Correlação <i>Spearman</i>	Significância	
Gênero	0,862	0,650	-	-	NS
Idade	1,954	0,376	-	-	NS
Função	13,540	0,035	-	-	*
Nível de Escolaridade	-	-	-0,559	0,002	*

Fonte: Elaboração própria.

(1) – Nesta coluna, assinalam-se as associações, onde NS e * representam Não Significante e significância de 5%, respectivamente.

Diferentemente dos resultados apresentados até agora, foram encontradas associações entre duas das variáveis que representam os dados do gestor e o seu grau de entendimento acerca da neutralidade da informação contábil, os testes

mostram que existe este grau depende da função (0,035) e do nível de escolaridade apresentados, este último inclusive sendo confirmado com 99% de certeza.

d) Prudência

Tabela 51 – Prudência x Dados da Empresa

Prudência x Dados da Empresa	Testes Estatísticos				Análise (1)
	Qui- quadrado	Significância	Correlação <i>Spearman</i>	Significância	
Tipo de Empresa	3,635	0,162	-	-	NS
Faturamento Anual	-	-	-0,016	0,936	NS
Região	6,750	0,150	-	-	NS

Fonte: Elaboração própria.

(1) – Nesta coluna, assinalam-se as associações, onde NS e * representam Não Significante e significância de 5%, respectivamente.

Tabela 52 – Prudência x Demais Dados dos Gestores

Prudência x Demais Dados dos Gestores	Testes Estatísticos				Análise (1)
	Qui- quadrado	Significância	Correlação <i>Spearman</i>	Significância	
Gênero	0,270	0,603	-	-	NS
Idade	2,320	0,128	-	-	NS
Função	1,567	0,667	-	-	NS
Nível de Escolaridade	-	-	-0,219	0,272	NS

Fonte: Elaboração própria.

(1) – Nesta coluna, assinalam-se as associações, onde NS e * representam Não Significante e significância de 5%, respectivamente.

As Tabelas 51 e 52 demonstram que os testes não paramétricos aplicados não encontraram nenhuma associação entre o grau de entendimento dos gestores quanto à característica da prudência e as variáveis tipo de empresa, faturamento anual ou região, ocorrendo o mesmo com relação ao gênero, idade, função e nível de escolaridade dos respondentes, não evidenciando, portanto, a existência de nenhuma dependência entre elas, quando considerado um nível de significância de 0,05.

e) Verificabilidade

Tabela 53 – Verificabilidade x Dados da Empresa

Verificabilidade x Dados da Empresa	Testes Estatísticos				Análise (1)
	Qui- quadrado	Significância	Correlação <i>Spearman</i>	Significância	
Tipo de Empresa	2,485	0,289	-	-	NS
Faturamento Anual	-	-	-0,274	0,159	NS
Região	5,385	0,250	-	-	NS

Fonte: Elaboração própria.

(1) – Nesta coluna, assinalam-se as associações, onde NS e * representam Não Significante e significância de 5%, respectivamente.

Tabela 54 – Verificabilidade x Demais Dados dos Gestores

Verificabilidade x Demais Dados dos Gestores	Testes Estatísticos				Análise (1)
	Qui- quadrado	Significância	Correlação <i>Spearman</i>	Significância	
Gênero	0,166	0,684	-	-	NS
Idade	2,872	0,090	-	-	NS
Função	3,877	0,275	-	-	NS
Nível de Escolaridade	-	-	-0,247	0,206	NS

Fonte: Elaboração própria.

(1) – Nesta coluna, assinalam-se as associações, onde NS e * representam Não Significante e significância de 5%, respectivamente.

Os testes realizados com o atributo da verificabilidade mantiveram a tendência demonstrada nas demais características, onde não foi possível confirmar com 95% de certeza a existência de associação ou dependência entre as variáveis dados dos gestores e dados da empresa (Tabelas 53 e 54).

4.4.2.4 Comparabilidade

Tabela 55 – Comparabilidade x Dados da Empresa

Comparabilidade x Dados da Empresa	Testes Estatísticos				Análise (1)
	Qui- quadrado	Significância	Correlação <i>Spearman</i>	Significância	
Tipo de Empresa	3,227	0,521	-	-	NS
Faturamento Anual	-	-	-0,246	0,206	NS
Região	7,475	0,486	-	-	NS

Fonte: Elaboração própria.

(1) – Nesta coluna, assinalam-se as associações, onde NS e * representam Não Significante e significância de 5%, respectivamente.

Tabela 56 – Comparabilidade x Demais Dados dos Gestores

Comparabilidade x Demais Dados dos Gestores	Testes Estatísticos				Análise (1)
	Qui- quadrado	Significância	Correlação <i>Spearman</i>	Significância	
Gênero	0,862	0,650	-	-	NS
Idade	5,017	0,081	-	-	NS
Função	1,310	0,971	-	-	NS
Nível de Escolaridade	-	-	-0,286	0,141	NS

Fonte: Elaboração própria.

(1) – Nesta coluna, assinalam-se as associações, onde NS e * representam Não Significante e significância de 5%, respectivamente.

De acordo com os resultados, os testes também não confirmaram a existência de associação entre o grau de entendimento dos gestores sobre a comparabilidade e as variáveis dados da empresa (Tabela 55) e os dados dos gestores financeiros (Tabela 56), dentro dos parâmetros estabelecidos na pesquisa.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho, realizado através de uma pesquisa empírica com gestores financeiros de empresas do setor elétrico brasileiro, buscou evidenciar se o grau de entendimento quanto às características qualitativas da informação contábil está relacionado ao tempo de experiência e/ou a área de formação acadêmica de tais usuários. Para tanto, procedeu-se uma análise descritiva dos dados, bem como a aplicação de testes estatísticos procurando identificar a existência de associações entre as variáveis.

As conclusões baseadas nos resultados da pesquisa empírica possuem limitações em decorrência do critério de conveniência utilizado para compor a amostra, do instrumento de coleta de dados adotado. Contudo, os resultados da pesquisa podem mostrar-se indicativos de tendências observados nas empresas do setor elétrico nacional.

De acordo com os dados obtidos, observou-se que a amostra contemplou, basicamente, empresas privadas e de economia mista, onde grande parte apresenta um faturamento anual acima de R\$ 500 milhões.

A pesquisa foi realizada junto a 28 gestores financeiros, em sua maioria, homens, com idade acima de 45 anos, ocupando a função de gerente financeiro, com experiência acima de 6 anos na função, pós-graduados e formados em ciências contábeis.

A análise descritiva dos dados referentes às características qualitativas da informação contábil possibilitou chegar as seguintes conclusões:

- A Contabilidade tem cumprido seu papel, pois, para a grande maioria (89,3%) dos respondentes, as informações contábeis utilizadas estão sempre revestidas do atributo da compreensibilidade e, para os demais (10,7%), o excesso de informação foi um dos principais fatores que dificultaram a observação de tal característica de forma efetiva nas informações utilizadas;
- A característica da tempestividade apresentou o pior desempenho dentre as demais, já que, apenas metade dos gestores afirmou que as informações contábeis são sempre geradas em tempo hábil, sendo este resultado, na opinião dos demais respondentes, decorrente, sobretudo, da morosidade na geração das informações, bem como da ausência de um sistema integrado,

fato que evidencia que a Contabilidade, nesse aspecto, deve procurar aprimorar suas técnicas e conseqüentemente produzir as informações em menor tempo, para que elas sejam utilizadas pelos gestores quando ainda possa interferir nas suas decisões;

- As informações utilizadas por grande parte (78,6%) dos gestores pesquisados sempre auxiliam na projeção de expectativas futuras da empresa, entretanto, para os demais gestores que apresentaram respostas diferentes, o fato de relatar apenas o passado constitui um dos fatores que mais comprometem o valor preditivo da informação contábil, o que possibilita observar que mesmo registrando fatos passados, ela está auxiliando na projeção de perspectivas futuras;
- Na maioria (75%) das respostas, observou-se que as demonstrações e relatórios contábeis sempre permitem o acompanhamento das decisões tomadas e auxiliam na seleção de ações corretivas quando necessárias, sendo que, nos demais (25%) casos, tal característica não foi identificada com essa freqüência, pois as informações contábeis não são utilizadas com esse fim ou não há acompanhamento das decisões tomadas. Depreende-se, portanto, que o processo decisório está atrelado às informações oriundas da Contabilidade, e que através de tais informações a maioria dos gestores pode realizar o acompanhamento de todo o processo, inclusive com subsídios para que os desvios sejam corrigidos e as falhas sejam sanadas;
- Quanto à característica da representação fiel, grande parte (71,4%) dos gestores afirmou que as informações contábeis utilizadas são sempre fiéis ao representarem as transações e eventos ocorridos e, dentre os fatores apontados pelos gestores que responderam que quase sempre tal fato é observado, o mais citado foi a dificuldade de mensurar algumas transações ou eventos. Ressalta-se que este é um fator inerente à atividade contábil, como observado pelos respondentes, pois ela busca registrar o ocorrido, retratando com fidedignidade os eventos;
- Observou-se, em mais da metade (60,7%) das respostas, que a essência sempre prevalece sobre a forma nas informações contábeis utilizadas, contudo, fatores como a dificuldade de mensurar certas transações e eventos e o enfoque intenso no cumprimento das obrigações legais, constituíram os principais motivos que levaram tal característica a obter um desempenho

abaixo daquele obtido pelos demais atributos, ratificando a interferência da legislação, quando busca se sobrepor a essência da Ciência Contábil;

- O foco exclusivo no passado e o forte aspecto legal das informações contábeis foram indicados como fatores que comprometem a neutralidade, entretanto, de acordo com um grande número (71,4%) de gestores, as informações contábeis utilizadas apresentam-se sempre neutras, livres de vieses, o que possibilita concluir que as mesmas são produzidas com equidade, buscando não preterir nenhum dos possíveis usuários e nem produzir resultados tendenciosos;
- Em caso de incerteza na mensuração de ativos, receitas, passivos ou despesas, a elaboração de estimativas, na maioria dos casos (88,9%), é sempre realizada com prudência, exceto quando há dificuldade de identificação de elementos que viabilizem a elaboração de estimativas prudentes, fator que impediu a observação de tal característica com a mesma frequência pelos demais gestores. Observa-se que a grande maioria dos respondentes concorda que as informações espelham a situação das empresas o mais próximo possível da realidade, expressando a posição conservadora que a Contabilidade deve assumir no desenvolvimento do seu processo;
- A verificabilidade apresentou o melhor desempenho entre as características, sendo evidenciada nas informações contábeis utilizadas por quase todos (92,9%) os gestores pesquisados, contudo a dificuldade de compreender procedimentos relativos aos métodos de mensuração adotados, foi o motivo apresentado como fator comprometedor de tal característica por aqueles que responderam de forma divergente, onde conclui-se que a Contabilidade de tais empresas vem sendo realizada consoante as normas e princípios contábeis e os procedimentos de mensuração utilizados estão sendo divulgados de forma clara, possibilitando que os mesmos resultados sejam comprovados, ainda que analisados por pessoas externas às empresas;
- Quanto à característica da comparabilidade, observou-se que as informações contábeis utilizadas por grande parte (71,4%) dos gestores sempre permitem efetuar análises temporais (períodos) e análises entre empresas, e nas respostas em que tal fato não foi observado, a dificuldade de acesso aos dados de outras empresas e mudanças de critérios de mensuração entre

períodos, foram alguns dos motivos apresentados para tal divergência. Analisa-se que a Contabilidade, por ter registros históricos dos eventos ocorridos nas empresas, tem possibilitado que períodos sejam comparados, para que evoluções ou involuções sejam observadas, viabilizando também a comparação de resultados entre empresas;

- Quanto ao grau de importância atribuído pelos respondentes a cada característica qualitativa da informação contábil, todas foram consideradas muito importantes, entretanto, apesar dos altos percentuais alcançados por todas elas, observou-se, praticamente, uma unanimidade entre os respondentes quanto à importância atribuída à utilização de informações contábeis revestidas de confiabilidade.

As hipóteses de pesquisa foram testadas através da aplicação de testes estatísticos não paramétricos, cujos resultados obtidos demonstraram que, de modo geral, não existe relação entre o grau de entendimento dos gestores financeiros quanto às características qualitativas e o seu tempo de experiência na função (1ª Hipótese), tendo apenas as características tempestividade e valor como *feedback* apresentado significância ao nível de 0,05 considerado na pesquisa. Também não foi comprovada nenhuma relação entre a variável área de formação acadêmica (2ª Hipótese) e as características qualitativas da informação contábil.

As demais variáveis da pesquisa também foram testadas, tendo sido constatadas apenas associações entre a característica do valor preditivo e a variável tipo de empresa, entre a representação fiel e as variáveis gênero e região e, por último, entre a característica da neutralidade e as variáveis função e nível de escolaridade.

Face ao exposto, conclui-se que, de forma geral, o grau de entendimento quanto às características qualitativas da informação contábil não está relacionado com as variáveis das hipóteses de pesquisa (tempo de experiência e área de formação acadêmica), tampouco com as demais variáveis, com exceção das associações encontradas entre as características da tempestividade e do valor como *feedback* e a variável tempo de experiência, entre o grau de entendimento quanto ao valor preditivo e o tipo de empresa, entre a representação fiel e as variáveis gênero e região e entre a característica da neutralidade e a função e o nível de escolaridade do gestor.

Com a finalidade de ensejar novos trabalhos acadêmicos que busquem promover o aprimoramento das características qualitativas das informações contábeis produzidas, sugere-se estender esta pesquisa a outros setores empresariais, outros tipos de usuários internos e externos, utilizando outras variáveis não adotadas neste estudo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Yolanda Vieira de. **A reestruturação do setor elétrico brasileiro: questões e perspectivas.** 1999. 184 f. Dissertação (Mestrado em Energia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

AGUIAR, Andson Braga de. Objetivos da contabilidade – uma reflexão. In: SEMINÁRIO USP DE CONTABILIDADE, 2., 2002, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2002. Disponível em <<http://www.eac.fea.usp.br/congressousp>>. Acesso em: 09 jan. 2007.

_____; FREZATTI, Fábio; REZENDE, Amaury José. Relação entre atributos do sistema de contabilidade e nível de satisfação dos usuários: uma análise em organizações brasileiras. **Revista Eletrônica de Administração.** Porto Alegre: UFRGS, v. 11, n. 6, nov./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.read.ea.ufrgs.br>>. Acesso em: 29 set. 2006.

ALVES, Maria do Céu Gaspar. Relevância da informação contabilística: abordagem teórica e estudo empírico. In: JORNADAS HISPANO-LUSAS DE GESTIÓN CIENTÍFICA, 13, 2003, Lugo. **Anais eletrônicos...** Lugo, abr. 2002. Disponível em: <<http://www.ti.usc.es/lugo-xiii-hispano-lusas>>. Acesso em: 09 jan. 2007.

ATKINSON, Anthony A. et al. **Contabilidade gerencial.** São Paulo: Atlas, 2000.

ASSAF NETO, Alexandre. A dinâmica das decisões financeiras. **Caderno de Estudos.** São Paulo: USP, v. 16, p. 1-17, jul./dez. 1997.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. O setor elétrico – desempenho 93/99. **Informe Infra-Estrutura.** Rio de Janeiro: BNDES, n. 53, p. 1- 6, dez/2000. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 07 jan. 2007.

_____. Carta Circular nº 64, de 14 de outubro de 2002. **Porte de empresas.** Rio de Janeiro: BNDES, 2002. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 07 jan. 2007.

BARTOLOMÉ, Fernando *et al.* **Comunicação eficaz na empresa:** como melhorar o fluxo de informações para tomar decisões corretas. (Coletânea de artigos da revista Harvard Business Review). 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

BERLO, David K. **O processo da comunicação**: introdução à teoria e à prática. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERNARDES, Patrícia; GONÇALVES, Carlos Alberto. Uma análise empírica das incertezas associadas à decisão estratégica dos grandes consumidores industriais de energia elétrica do estado de Minas Gerais em investir no setor. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10, Diamantina. **Anais...** Diamantina, 2002.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BONÍZIO, Roni Cleber. **Um estudo sobre os aspectos relevantes da contabilidade e o seu uso em empresas do setor de construção civil**. 2001. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1995.

BRUNO, Pedro Paulo Costallat. **O processo de informar as decisões em contextos críticos**: decisões informadas e ações inteligentes na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. 2003. 261 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

CATAPAN, Edílson Antonio. **Aspectos relevantes do método fluxo de caixa descontado na avaliação de empresas de energia elétrica em processo de privatização**. 2001. 119 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CARVALHO, L. Nelson. Contabilidade e ecologia: uma exigência que se impõe. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: CFC, ano 20, n. 75, p. 20-25, abr./jul. 1991.

CHAVES, Benedito Maria de Mendonça. **Fatores subjacentes à nova modelagem do setor elétrico brasileiro**. 1999. 121 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

CINCA, Carlos Serrano. Las superautopistas de la información: um desafio para la contabilidad del 2000. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE CONTABILIDAD Y ADMINISTRACIÓN DE EMPRESAS (AECA), 8., 1995, Sevilla.

Anais eletrônicos... Servilla: AECA, 1995. Disponível em: <<http://ciberconta.unizar.es>>. Acesso em: 09 jan. 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 774, de 16 de dezembro de 1994. Aprova o apêndice à resolução sobre os princípios fundamentais de contabilidade. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**. Brasília: CFC, 1999.

_____. Resolução nº 785, de 28 de julho de 1995. Aprova a NBC T1 – Das Características da Informação Contábil. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**. Brasília: CFC, 1999.

CROZATTI, Jaime. Abordagens metodológicas da teoria da contabilidade. **Revista Enfoque – Reflexão contábil**, n. 8, p. 5-10, jan./jun. 1994.

DIAS, Cristiane Balbina Pereira de Araújo *et al.* **Ruídos na comunicação entre a contabilidade e os seus usuários**. In: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 4, 2004, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2004. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br>>. Acesso em: 29 set. 2006.

DIAS FILHO, José Maria. **Características qualitativas da informação contábil: o problema da compreensibilidade à luz da teoria semiótica e da comunicação**. 2001. 211 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____; NAKAGAWA, Masayuki. Análise do processo da comunicação contábil: uma contribuição para a solução de problemas semânticos, utilizando conceitos da teoria da comunicação. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo: USP, v. 15, n. 26, p. 42-57, mai./ago. 2001.

_____. A linguagem utilizada na evidenciação contábil: uma análise de sua compreensibilidade à luz da teoria da comunicação. **Caderno de Estudos**. São Paulo: USP, v. 13, n. 24, p. 38-49, jul./dez. 2000.

_____; SANTOS, Ariovaldo dos. Perspectivas e tendências da contabilidade para o século XXI. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 16., 2000, Goiânia. Brasília: CRC, 2000. Disponível em <<http://www.milenio.com.br/siqueira/trabalhos.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **Statements of financial accounting concepts n. 1: Objectives of Financial Reporting by Business**

Enterprises. Connecticut: FASB, 1978. Disponível em: <<http://www.fasb.org>>. Acesso em: 29 set. 2006.

_____. **Statements of financial accounting concepts n. 2:** qualitative characteristics of accounting information. Connecticut: FASB, 1980. Disponível em: <<http://www.fasb.org>>. Acesso em: 29 set. 2006.

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

FUJI, Alessandra Hirano; SLOMSKI, Valmor. Subjetivismo responsável: necessidade ou ousadia no estudo da contabilidade. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo: USP, n. 33, p 33-44, set./dez. 2003.

GARCIA, Cláudio Osni. **Estrutura de referência para o controle de gestão de empresas do setor elétrico brasileiro:** estudo de multicasos no segmento de distribuição de energia elétrica. 2005. 191 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

GONÇALVES JÚNIOR, Dorival. **Reestruturação do setor elétrico brasileiro:** estratégia de retomada da taxa de lucro do capital? 2002. 246 f. Dissertação (Mestrado em Energia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GOULART, André Moura Cintra. **Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil**. 2003. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

GUERREIRO, Reinaldo. Modelo conceitual de sistema de informação de gestão econômica: uma contribuição a teoria da comunicação da contabilidade. 1989. 385 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. van. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **Normas internacionais de contabilidade:** textos completos das normas internacionais de contabilidade vigentes em 1997 e da norma revisada NIC 12 em vigor a partir de 1º de janeiro de 1998. São Paulo: IBRACON, 1998.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL. **Estrutura conceitual básica da contabilidade**. 1986. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br>>. Acesso em: 07 jan. 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, L. Nelson. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo: USP, n. 38, p. 7-19, mai./ago. 2005.

_____. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. OLIVEIRA, Alexandre. Por uma nova estrutura conceitual básica da contabilidade. Boletim do IBRACON. Nov. 2003, p. 1-14.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

LIBONATI, Jeronymo José; SOUTO MAIOR, Verônica Cunha de. O processo de comunicação na contabilidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 15, 1996, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 1996.

_____. Taxinomia contábil: uma proposta de classificação relacionada aos objetivos específicos dos usuários da contabilidade. **Revista Enfoque – Reflexão Contábil**, n. 8, p. 11-16, jan./jun. 1994.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

LEVINE, David M.; BERENSON, Mark L.; STEPHAN, David. **Estatística: teoria e aplicações**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

McCULLERS, L. D. e DANKER, Relmond P. V. **Introdução à contabilidade financeira**. Rio de Janeiro: Interciência, 1978.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística geral e aplicada**. São Paulo: Atlas, 2002.

MATSUDO, Eduardo. **A reestruturação setorial e os reflexos sobre o planejamento e os estudos de mercado das distribuidoras de energia elétrica.** 2001. 323 f. Dissertação (Mestrado em Energia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Alex-Sandro Macedo de. Informações – a busca da evidência ideal. **Caderno de Estudos.** São Paulo: USP, v. 10, n. 19, p. 16-22, set./dez. 1998.

OLIVEIRA, Antonio Gonçalves de; MÜLLER, Aderbal Nicolas; NAKAMURA, Wilson Toshiro. A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas. **Revista FAE.** Curitiba, v. 3, n. 3, p. 1-12. set./dez. 2000.

OLIVEIRA, Atelmo Ferreira. **Evolução da terminologia princípio contábil baseada na escola norte-americana.** 2003. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - UnB/UFPB/UFPE/UFRN, Natal, 2003.

_____. SILVEIRA, Edílson C. Gestão estratégica de custos: análise da cadeia de valor. In: JORNADAS LUSO-ESPAÑOLAS DE GESTÃO CIENTÍFICA, 12, 2002, Covilhã, Portugal. **Anais...** Covilhã, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas, operacionais.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo Gorini de. **As novas estratégias das empresas privatizadas do setor elétrico brasileiro.** 1999. 219 f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Planejamento Energético) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

OLIVEIRA, Ridalvo M. A. de. **Impacto do racionamento nos resultados das empresas concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica: um estudo nas empresas privadas da Região Nordeste.** 2003. 199 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - UnB/UFPB/UFPE/UFRN, Natal, 2003.

OPERADOR NACIONAL SISTEMA ELÉTRICO. **O setor elétrico.** Disponível em <<http://www.ons.gov.br>>. Acesso em: 07 jan. 2007.

PADOVEZE, Clóvis Luiz et al. Objeto, objetivos e usuários das informações contábeis. **Revista Eletrônica do Mestrado de Administração da UNIMEP.** mai./ago. 2004. Disponível em: <<http://www.unimep.br>> Acesso em: 20 mar. 2006.

PEREIRA, Cláudia Catarina; FRAGOSO, Adriana Rodrigues; RIBEIRO FILHO, José Francisco. Comunicação em contabilidade: estudo comparativo do nível de percepção de usuários da informação contábil em Florianópolis (SC) e Recife (PE) sobre a utilidade das representações gráficas no processo de evidenciação. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: CFC, ano 34, n. 156, p. 51-69, nov./dez. 2005.

PINTO, Murilo Sérgio Lucena; OLIVEIRA, Rezilda Rodrigues. Estratégias competitivas no setor elétrico brasileiro: uma análise dos interesses e expectativas dos atores da CHESF. **Revista de Administração Contemporânea**. Edição especial, p. 131-155, 2004.

PIRES, José Claudio Linhares. **Desafios da reestruturação do setor elétrico brasileiro**. Texto para discussão n. 76. Rio de Janeiro: BNDES, 2000. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2006.

_____; GIAMBIAGI, Fabio; SALES, André Franco. **As perspectivas do setor elétrico após o racionamento**. Texto para discussão n. 97. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2006.

PONTES, João Randolfo. **A indústria de energia elétrica no Brasil: causas fundamentais de sua reestruturação**. 1998. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

RESKE FILHO, Antonio. **O uso dos relatórios contábeis-gerenciais no processo de gestão das empresas do setor de construção civil de Santa Maria/RS**. 2000. 126 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SALVARY, Stanley C.W. **Accounting in context of communication, language and information theories: a partial analysis**. Working Paper Series. nov. 2005. Disponível em: <<http://ssrn.com>> Acesso em: 18 jan. 2007.

SANTOS, Edilene Santana; Objetividade x relevância: o que o modelo contábil deseja espelhar? **Caderno de Estudos**. São Paulo: USP, v. 10, n. 18, p. 1-16, mai./ago. 1998.

SANTOS, Nivaldo João dos. **Análise do uso da informação contábil para fins gerenciais: o caso da avaliação econômico-financeira da GERASUL**. 1999. 122 f.

Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

SANVICENTE, Antonio Zoratto. **Administração financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SAUER, I. **A reconstrução do setor elétrico brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade básica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVEIRA, Edílson Coelho da. **Demonstração do valor adicionado (DVA): uma análise da geração e distribuição de riqueza nas empresas de energia elétrica do Brasil (Período: 1999 – 2001)**. 2003. 214 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - UnB/UEPB/UFPE/UFRN, Recife, 2003.

SOARES, Luiz Augusto de Carvalho Francisco. **A divulgação de informações contábeis obrigatórias e as necessidades informacionais da área financeira: a visão de gestores financeiros de empresas do pólo eletroeletrônico da zona franca de Manaus**. 1998. 152 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SOUTO MAIOR, Verônica Cunha de. **A avaliação da atual evidenciação de informações obrigatórias, a partir da percepção dos analistas de investimentos**. 1994. 272 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Finanças, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

STROEHER, Angela Maria. **Identificação das características das informações contábeis e a sua utilização para tomada de decisão organizacional de pequenas empresas**. 2005. 160 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

THEOTÔNIO, Rodrigo da Cunha Rocha. **Princípios de análise da reforma do setor elétrico: um estudo comparativo**. 1999. 114 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

VIEIRA, Sônia. **Bioestatística: tópicos avançados**. 2. ed. São Paulo: Campus, 2004.

SZÜSTER, Natan; SZÜSTER, Fortunée Rechtman; SZÜSTER, Flávia Rechtman. Contabilidade: atuais desafios e alternativa para seu melhor desempenho. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo: USP, n. 39, p. 20-30, mai./ago. 2005.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de Caixa**. 8. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2000.

APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO



Prezado Gestor Financeiro,

Sou aluna do Mestrado em Ciências Contábeis, do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFPE/UFRN, e gostaria de solicitar a sua colaboração para conduzir minha pesquisa, intitulada: **“CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL**: uma análise do grau de entendimento dos gestores financeiros de empresas do setor elétrico brasileiro”, desenvolvida sob a orientação do professor Dr. Jeronimo Libonati, e que visa cumprir as exigências para obtenção do título de mestre no referido programa.

Dirijo-me, respeitosamente, a vossa senhoria, com o intuito de solicitar sua colaboração respondendo o questionário em anexo. Sua participação é muito valiosa.

O referido questionário tem o tempo estimado para resposta de aproximadamente 05 minutos.

Asseguro que suas respostas ao questionário somente serão apresentadas de forma agregada, através de tratamento estatístico.

Após a conclusão da pesquisa, os resultados estarão disponíveis nas Universidades Federais de Brasília, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, bem como no site do programa de mestrado (http://www.unb.br/cca/pos-graduacao/mestrado/mest_dissertacao.htm), através da Dissertação.

Certa de contar com a sua atenção e colaboração, antecipo meus sinceros agradecimentos e coloco-me à sua inteira disposição para eventuais esclarecimentos sobre a pesquisa, através do telefone (0xx81) 9168-2334 ou através de e-mail (karinasimoes@yahoo.com.br).

Atenciosamente,

Karina Simões Campelo

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

TÍTULO DA PESQUISA: CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: uma análise do grau de entendimento dos gestores financeiros de empresas do setor elétrico brasileiro.

1 DADOS DA EMPRESA

1.1 Tipo de Empresa:

Pública Privada Economia Mista

1.2 Faturamento Anual da Empresa:

Até R\$ 100 milhões
 Entre R\$ 100 e R\$ 200 milhões.
 Entre R\$ 200 e R\$ 500 milhões.
 Entre R\$ 500 e R\$ 700 milhões.
 Entre R\$ 700 milhões e R\$ 1 bilhão.
 Acima de R\$ 1 bilhão.

1.3 Região em que está situada:

Norte Nordeste Sul
 Sudeste Centro-oeste

2 DADOS DO ENTREVISTADO

2.1 Gênero:

Feminino Masculino

2.2 Idade:

Até 30 anos
 Entre 31 a 35 anos
 Entre 36 a 45 anos
 Acima de 45 anos

2.3 Função que exerce na empresa:

Diretor Financeiro
 Superintendente Financeiro
 Gerente Financeiro
 Outro (Especificar). _____

2.4 Tempo que exerce a função de Gestor Financeiro (Diretor, Superintendente, Gerente ou outro):

- Até 5 anos
 De 6 a 10 anos
 De 11 a 15 anos
 Acima de 15 anos

2.5 Nível de Escolaridade:

- Graduação Especialização
 Mestrado Doutorado

2.6 Formação Acadêmica (Graduação):

- Administração
 Ciências Contábeis
 Direito
 Economia
 Outro (Especificar). _____

3 DADOS DA PESQUISA

Quanto às características qualitativas da Informação Contábil

Instruções: Nas questões abaixo marque a resposta que melhor corresponde à sua opinião. Considere o seguinte exemplo:

- As informações contábeis são relevantes na sua tomada de decisão?

- Marque "0" se as informações contábeis **nunca** são relevantes;
- Marque "1" se as informações contábeis **quase nunca** são relevantes;
- Marque "2" se as informações contábeis **pouco** são relevantes;
- Marque "3" se as informações contábeis **quase sempre** são relevantes;
- Marque "4" se as informações contábeis **sempre** são relevantes;

- O termo INFORMAÇÕES CONTÁBEIS refere-se às **demonstrações financeiras obrigatórias** e **os relatórios internos/gerenciais** utilizados no seu processo decisório.

Compreensibilidade: *é o entendimento, pelos usuários, da informação comunicada.*

3.1 Você compreende as informações contábeis (demonstrações financeiras obrigatórias e relatórios internos/gerenciais) utilizadas no seu processo decisório?

Nunca

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Sempre

3.2 Se na questão anterior sua resposta foi diferente de “4”, assinale abaixo qual(is) o(s) fator(es) que dificulta(m) a compreensão das referidas informações:

- A linguagem utilizada (termos técnicos);
 A apresentação (*layout*) das informações (demonstrações, relatórios);
 Excesso de informações;
 Ausência de conhecimento;
 Outro (Especificar). _____
-

Relevância: a informação é relevante se estiver dotada de tempestividade, oportunidade, valor preditivo e feedback (informação utilizada para acompanhamento e controle).

3.3 As informações contábeis utilizadas no seu processo decisório são disponibilizadas em tempo hábil, permitindo a sua análise e utilização?

Nunca

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Sempre

3.4 Se na questão anterior sua resposta foi diferente de “4”, assinale abaixo qual(is) o(s) fator(es) que dificulta(m) a disponibilização das informações contábeis de maneira tempestiva, oportuna.

- Morosidade na geração de demonstrações financeiras e relatórios gerenciais contábeis.
 Dificuldade de acesso às informações devido à complexidade do sistema de informação contábil.
 Lentidão na atualização das informações contábeis.
 Ausência de um sistema de informação integrado.
 Outro (Especificar). _____
-

3.5 As informações contábeis que você utiliza auxiliam na projeção de perspectivas futuras da empresa, aumentando a probabilidade de prever resultados?

Nunca

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Sempre

3.6 Se na questão anterior sua resposta foi diferente de “4”, assinale abaixo o(s) fator(es) que dificulta(m) a utilização das informações contábeis na projeção de perspectivas futuras da empresa.

- As informações contábeis disponibilizadas baseiam-se apenas em valores históricos.
- As informações contábeis disponibilizadas relatam apenas o passado.
- Outro (Especificar). _____
-

3.7 As informações contábeis disponibilizadas permitem que você acompanhe os resultados de decisões tomadas, auxiliando na escolha de ações corretivas quando necessárias?

Nunca

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Sempre

3.8 Se na questão anterior sua resposta foi diferente de “4”, assinale abaixo o(s) fator(es) que dificulta(m) o uso das informações contábeis no acompanhamento de decisões tomadas e na escolha de ações corretivas quando necessárias.

- Lentidão na atualização das informações contábeis.
- As informações contábeis não são utilizadas com essa finalidade.
- Não existe acompanhamento dos resultados de decisões tomadas.
- Outro (Especificar). _____
-

Confiabilidade: a informação confiável é representada fielmente, a essência econômica prevalece sobre a forma (legislação), é neutra, prudente e verificável.

3.9 Você acha que as informações contábeis que utiliza representam fielmente as transações ou outros eventos ocorridos?

Nunca

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Sempre

3.10 Se na questão anterior sua resposta foi diferente de “4”, assinale abaixo o(s) fator(es) que impede(m) que as informações contábeis representem fielmente as transações ou outros eventos ocorridos.

- As informações contábeis disponibilizadas não consideram a perda do valor da moeda.
- Dificuldade de mensurar algumas transações ou eventos.
- Dificuldade de identificar algumas transações ou eventos.
- Outro (Especificar). _____
-

3.11 As informações contábeis interpretam as transações e eventos observando a sua essência econômica, ainda que a forma estabelecida legalmente indique diferentes tratamentos?

(Exemplo: uma empresa vende um ativo e assume o compromisso de comprá-lo por um valor já determinado em certa data. Observando a prevalência da essência sobre a forma, tal fato ensejaria a contabilização de uma operação de financiamento (essência) e não de compra e venda (forma)).

Nunca

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Sempre

3.12 Se na questão anterior sua resposta foi diferente de “4”, assinale abaixo o(s) fator(es) que impede(m) que as informações contábeis interpretem as transações e eventos observando a sua essência econômica, ainda que a forma estabelecida legalmente indique diferentes tratamentos.

Dificuldade de mensurar determinadas transações e eventos ao considerar a sua essência econômica.

Enfoque exclusivo no cumprimento das obrigações legais, ignorando a essência econômica das transações e eventos. (Exemplo: não são constituídas provisões para possíveis despesas já que a legislação não obriga tal procedimento).

Outro (Especificar). _____

3.13 As informações contábeis que você utiliza apresentam-se neutras e livres de vieses?

(Neutralidade: atributo que impede a geração de uma informação tendenciosa, ou seja, que influencie e direcione a um resultado pré-determinado).

Nunca

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Sempre

3.14 Se na questão anterior sua resposta foi diferente de “4”, assinale abaixo o(s) fator(es) que impede(m) que as informações contábeis sempre se apresentem neutras.

As informações contábeis disponibilizadas possuem um forte aspecto legal.

A mensuração dos fatos é determinada através de avaliação subjetiva e julgamento pessoal do mensurador.

As informações contábeis produzidas focam exclusivamente o passado.

Outro (Especificar). _____

3.15 Quando há incerteza na mensuração de Ativos, Receitas, Passivos ou Despesas, a elaboração de estimativas é realizada com prudência?

(Prudência é o uso de certa dose de cautela (pelo contador) quando da formulação de estimativas em condições de incertezas, para que não haja superestimação dos ativos ou receitas e subestimação dos passivos ou despesas).

Nunca

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Sempre

3.16 Se na questão anterior sua resposta foi diferente de “4”, assinale abaixo o(s) fator(es) que impede(m) que em caso de incerteza, a elaboração de estimativas seja sempre realizada com prudência.

Dificuldade na identificação de elementos que possibilitem a elaboração de estimativas prudentes.

Em caso de incerteza, a empresa não reconhece tal fato.

Outro (Especificar). _____

3.17 As informações contábeis que você utiliza são passíveis de verificação?

(Verificabilidade é o atributo que permite que pessoas independentes assegurem que a informação evidenciada corresponde aos fatos que representa, ou que o método de mensuração foi utilizado sem erro ou julgamento pessoal).

Nunca

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Sempre

3.18 Se na questão anterior sua resposta foi diferente de “4”, assinale abaixo o(s) fator(es) que impede(m) que as informações contábeis sejam passíveis de verificação.

Não há divulgação dos métodos de mensuração utilizados.

Dificuldade de compreender procedimentos relativos aos métodos de mensuração adotados.

Outro (Especificar). _____

Comparabilidade: quando a informação permite aos usuários efetuar análises temporais (períodos) e análises entre empresas.

3.19 As informações contábeis disponibilizadas permitem que você realize análises temporais (períodos) e análises entre empresas?

Nunca

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Sempre

3.20 Se na questão anterior sua resposta foi diferente de “4”, assinale abaixo o(s) fator(es) que dificulta(m) o uso das informações contábeis para realizações de análises temporais e análises entre empresas.

Dificuldade de acesso aos dados de outras empresas do setor.

Os dados históricos não são disponibilizados pela empresa.

Mudanças dos critérios de mensuração entre períodos.

Outro (Especificar). _____

3.21 Utilizando uma escala crescente de 0 a 4 atribua o grau de importância de cada característica qualitativa da informação contábil.

Sem Importância | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito Importante

CARACTERÍSTICA QUALITATIVA	GRAU DE IMPORTÂNCIA				
	0	1	2	3	4
Compreensibilidade					
Relevância					
Confiabilidade					
Comparabilidade					